

3º TRIMESTRE 2020

# RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE  
UNIDADE, DISCIPLINA , TRABALHO



DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE PÚBLICA  
[financas.gov.st](http://financas.gov.st)

Outubro 2020

# Relatório de Execução Orçamental

## Publicação Trimestral

Elaborado com informações de execução Orçamental disponível até 30 de Setembro.



**Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul**  
**Direcção de Contabilidade Pública**

### **Contributos:**

Direcção do Orçamento

Direcção do Tesouro

Direcção dos Impostos

Direcção das Alfandegas

## Índice Geral

Índice Geral.....	i
Índice de Quadros.....	ii
Índice de Gráficos.....	ii
Lista de Siglas e Acrónimos.....	iii
Apresentação.....	1
Apreciação Global.....	2
<b>Parte I: ANÁLISE SEGUNDO A PERSPECTIVA FISCAL</b> .....	<b>6</b>
I.1. Execução das Receitas Totais.....	6
<b>i.1.1. Receitas Efectivas</b> .....	<b>7</b>
I.1.2. Receitas Correntes.....	8
I.1.2.1. Receitas Fiscais.....	9
I.1.2.2. Receitas não Fiscais.....	16
I.1.3. Donativos.....	19
I.1.1. Despesas Efectivas.....	20
I.1.2. Despesas Primárias.....	21
I.1.3. Despesas de Funcionamento.....	21
I.1.4. Despesas de Investimentos Públicos (PIP).....	24
I.1.5. Despesas Financeiras (Amortização da Dívida Pública).....	26
I.1.6. Principais Saldos Orçamentais.....	28
I.1.7. Financiamento do Défice Global.....	29
<b>PARTE II: ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL</b> .....	<b>31</b>
<b>II.1. Análise da Execução Orçamental</b> .....	<b>31</b>
II.1.1. Por Classificação Orgânica.....	31
II.1.2. Por Classificação Funcional.....	33
II.1.3. Por Localização Geográfica.....	35
II.1.4. Por Fonte de Recursos.....	37
II.1.5. Por Tipologia de Despesas.....	39
<b>II.2. Alterações Orçamentais</b> .....	<b>40</b>
II.2.1. Por Classificação Orgânica.....	41
II.2.2. Por Classificação Funcional.....	45
II.2.4. Por Fonte de Recursos.....	49
II.2.5. Por Tipologia de Despesas.....	51

## Índice de Quadros

Quadro 1: Resumo das Receitas Efectivas.....	7
Quadro 2: Detalhe do IRS .....	10
Quadro 3: Detalhe do IRC.....	11
Quadro 4: Detalhe do Imposto sobre Património .....	12
Quadro 5: Detalhe do Imposto sobre Importação .....	13
Quadro 6: Detalhe do Imposto sobre Consumo.....	14
Quadro 7: Detalhe do Imposto de Selo.....	15
Quadro 8: Detalhe das Taxas .....	16
Quadro 9: Despesas Totais Executadas.....	21
Quadro 10: Estoque da Dívida Pública até Setembro.....	27
Quadro 11: Principais Saldos Orçamentais até Setembro de 2020.....	28
Quadro 12: Resumo do Financiamento do Défice Global.....	29
<b>Quadro 13: Execução por Classificação Orgânica .....</b>	<b>32</b>
<b>Quadro 14: Execução por Classificação Funcional .....</b>	<b>34</b>
<b>Quadro 15: Execução por Localização Geográfica .....</b>	<b>36</b>
<b>Quadro 16: Execução por Fonte de Recursos .....</b>	<b>37</b>
<b>Quadro 17: Execução por Tipologia Despesas .....</b>	<b>40</b>
<b>Quadro 18: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Orgânica .....</b>	<b>42</b>
<b>Quadro 19: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Funcional.....</b>	<b>46</b>
<b>Quadro 20: Alteração Orçamental de Despesas por Localização Geográfica .....</b>	<b>49</b>
<b>Quadro 21: Alteração Orçamental de Despesas por Fonte de Recursos .....</b>	<b>50</b>
<b>Quadro 22: Alterações Orçamentais por Tipologia de Despesas .....</b>	<b>52</b>

## Índice de Gráficos

Gráfico 1: Evolução e Estrutura das Receitas Totais Realizadas.....	6
Gráfico 2: Estrutura das Receitas Correntes Realizadas .....	8
Gráfico 3: Estrutura das Receitas Fiscais Realizadas.....	9
Gráfico 4: Estrutura das Receitas Não Fiscais.....	17
Gráfico 5: Evolução e Estrutura das Despesas Totais .....	20
Gráfico 6: Evolução e Estrutura das Despesas de Funcionamento .....	22
Gráfico 7: Evolução e Estrutura das Despesas de Investimentos Públicos (PIP).....	25

## Lista de Siglas e Acrónimos

Acrónimos	Designação
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCSTP	Banco Central de S. Tomé e Príncipe
BISTP	Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe
BM	Banco Mundial
BP	British Petroleum
BT	Bilhete de Tesouro
CUT	Conta Única do Tesouro
CNP	Conta Nacional de Petróleo
ENCO	Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos
EU	União Europeia
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
HIPC	Heavily Indebted Poor Countries
NAP	Norma de Aplicação Permanente
OGE	Orçamento Geral do Estado
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimentos Públicos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAP	Região Autónoma do Príncipe
SAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
TOFE	Tabela das Operações Financeiras do Estado
VOA	Voice of América

## Apresentação

No cumprimento do preceito legal estabelecido através do artigo 36.º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro (Lei do SAFE - Sistema de Administração Financeira do Estado) associado com o artigo 17.º da Lei n.º 5/2020, de 25 de Agosto (Lei que aprova o OGE R\_2020 (Orçamento Geral do Estado Retificativo para 2020)), elabora-se o presente relatório da execução orçamental (receitas, despesas e financiamento), referente ao terceiro trimestre de 2020, ou seja, o período compreendido de Janeiro à Setembro de 2020. Procedeu-se a análise dos valores executados, numa perspectiva de desempenho, face ao valor aprovado bem como a comparação com os executados no período homólogo do ano precedente. O princípio adoptado para análise das receitas e despesas executadas neste documento é de base caixa para as receitas e base compromisso para as despesas.

A base compromisso aqui relatada corresponde a fase de liquidação das despesas, como definido no disposto pelo artigo 29.º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro (Lei de SAFE-e, que aprova o Sistema de Administração Financeira do Estado), como sendo a etapa onde há apuramento e reconhecimento do valor que efectivamente há a pagar. Já a base de caixa reflecte o momento em que se efectiva a entrada dos recursos na caixa do Tesouro Público, ou seja, a fase de cobrança como sendo a acção de receber ou tomar posse da receita e subsequente entrega ao Tesouro Público (alínea c) do artigo 28.º da Lei de SAFE).

Este relatório encontra-se dividido em duas partes, sendo que na primeira procedeu-se a análise fiscal da execução orçamental, com as devidas justificações, tanto ao nível de execução face ao programado como a sua variação homóloga face ao mesmo período do ano transacto. Assim, por um lado, procedeu-se a análise das receitas correntes e das suas componentes, (segregadas em fiscais e não fiscais) e dos Donativos.

Do lado das despesas, procedeu-se a análise das despesas de funcionamento (incluindo Juros da Dívida e Despesas Consignadas), das despesas de investimentos públicos (PIP) e das despesas financeiras (Amortização da Dívida Pública). Finalmente procedeu-se a análise dos principais resultados orçamentais, bem como do financiamento, tanto interno como externo.

A segunda parte cingiu-se na análise da execução orçamental das despesas, tendo em consideração as classificações orçamentais (orgânica, funcional, localização geográfica, fonte de recurso e tipologia das despesas). Finalmente, em cumprimento do n.º 5 do artigo 16.º da Lei 5/2020, de 25 de Agosto, procedeu-se, ainda nesta parte, a análise das alterações orçamentais das despesas, de acordo com as classificações orçamentais já referenciadas.

## Apreciação Global

No cômputo geral, a execução orçamental até o final do terceiro trimestre do ano 2020 foi baseada no estrito cumprimento da Lei nº 5/2020 de 25 de Agosto de 2020 (Lei que aprova o OGE R\_2020, Orçamento Geral do Estado retificativo para o ano 2020), o que possibilitou a análise da execução das receitas, despesas e financiamento previstos para o período em análise, como consta no presente relatório.

De acordo com as informações de execução orçamental até Setembro de 2020, constata-se que o défice primário até o final de terceiro trimestre situou-se em 3,2% do PIB, abaixo da meta revista e projectada no OGE R\_2020, para o presente ano económico que é de 6,3% do PIB. Salienta-se, entretanto, que devido a pandemia do COVID-19, o referido deficit primário foi revisto em alta pela equipa de supervisão do FMI, saindo de 1,7% do PIB no anterior OGE\_2020, passando para 6,3%, no OGE R\_2020 (Orçamento Retificativo). Foi também revista em baixa, o PIB programado para o ano em curso, saindo de Mbs. 9.997.323,0 no OGE\_2020, aprovado pela Lei nº.1/2020, de 17 de Janeiro de 2020, para Mbs. 8.933.000,0 no OGE R\_2020 (OGE Retificativo, aprovado pela Lei nº.5/2020, de 25 de Agosto de 2020).

Apesar da boa performance do défice primário alcançado até o período em análise, este nível percentual atingido deve-se a realização de despesas correntes adicionais, no âmbito de combate a pandemia COVID-19 a partir da segunda quinzena do mês de Março do presente ano, que foram realizadas com fonte de financiamento externo, sobretudo o desembolso do FMI (no âmbito de facilidade de crédito alargado).

O défice acima referido foi financiado pela componente interna e externa. Pela parte interna, regista-se o financiamento da Conta Nacional do Petróleo (20% da transferência anual), no montante de 84.046 milhares de dobras. Pela componente externa o referido défice foi financiado pelas seguintes fontes:

- O apoio orçamental do BAD (Banco Africano de Desenvolvimento) no montante de 371.283 milhares de dobras;
- O apoio Orçamental da União Europeia no montante de 127.192 milhares de dobras;
- O desembolso do FMI no âmbito de facilidade de crédito alargado, no montante de 368.361 milhares de dobras.

Relativamente à análise das receitas, verifica-se um grau de realização de 64,7% para as receitas efectivas, sendo que as receitas correntes e donativos ficaram respectivamente em 85,1% e 45,7% do estimado para o ano. As receitas fiscais tiveram um nível de realização de 82,8%, mais 16,8% do arrecadado no período homólogo de 2019, correspondendo a 10,7% do PIB programado para o ano.

Quanto as receitas não fiscais, constata-se que as mesmas tiveram um grau de execução de 101,2%, em relação ao previsto para o ano, ficando abaixo do executado no mesmo período do ano precedente em 36,3%. Salienta-se, pois, que esta diminuição deve-se a fraca performance da sua componente rendimento de participações, rendimentos de petróleo e receitas de serviços, que ficaram abaixo do executado no igual período do ano 2019 em 8,9% e 63,7% e 35,2%, respectivamente.

Referindo-se aos donativos, observa-se que estes ficaram em 45,7% do previsto para o ano e, relativamente ao período homólogo de 2019 registou-se um acréscimo de 45,0%, proveniente da entrada de recursos do apoio orçamental do BAD, da União Europeia, os donativos para projectos da República Popular da China e os provenientes da iniciativa HIPC.

Pelo exposto acima, associado a difícil situação financeira que o país atravessa, houve a necessidade de se proceder a contenção de despesas, sobretudo as discricionárias, de modo a cumprir com a meta do défice primário acordado com os parceiros de Bretton Woods. Assim, verifica-se que o nível de execução das despesas primárias ficou em 73,9% do inicialmente aprovado.

Relativamente ao período homólogo do ano transacto, registou-se um aumento de 17,6%, tendo em conta a performance dos seus agregados: Despesas com Pessoal, Bens e Serviços, Transferências Correntes, Outras Despesas Correntes e Despesas de Investimentos com Recursos Internos.

Salienta-se que o aumento verificado ao nível de execução das despesas primárias face ao programado para o ano, bem como em relação ao período homólogo do ano de 2019, deve-se a realização de despesas extraordinárias no âmbito do programa de combate a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) que tem assolado o mundo em geral e São Tomé e Príncipe em particular. Para mitigar a situação, através do Decreto Presidencial n.º 3/2020, declarou-se o Estado de Emergência em Saúde Pública no País a partir do dia 17 de Março do corrente ano. Foi estabelecido o Comité de Crise criado para o efeito, do qual faz parte o Ministro da Saúde, cuja atribuição é de regulamentar, orientar, coordenar e fiscalizar políticas em saúde pública e assegurar a prevenção e respostas a todas as ocorrências que visam a ameaçar a saúde da população.

O Governo através da Lei n.º 4/2020, adoptou as medidas legais, excepcionais e temporárias para lidar com os impactos sociais, económicos e financeiros, directos e indirectos, da pandemia de COVID-19; durante o período de contingência.

Para a materialização destas medidas, foram aprovados os Decretos-Leis n.ºs.7 e 8/2020, ambos de 07 de Maio. O Decreto-Lei n.º. 7/2020, define as Medidas Restritivas no Âmbito da Prevenção e Combate a COVID-19 e, o Decreto-Lei n.º.8/2020 cria o Fundo de Resiliência, que tem como objectivo exclusivo financiar a implementação das medidas decorrentes dos impactos sociais, económicos e financeiros, directos e indirectos, da covid-19.

Por outro lado, no âmbito da pandemia em causa o Ministério da Saúde diligenciou-se no sentido de encontrar soluções face as necessidades de realização de despesas diversas, nomeadamente, criação de condições sanitárias em todos os Centros de Saúde em São Tomé e Região Autónoma do Príncipe, assim como aquisições de máscaras, equipamentos desinfectantes, aluguer de aviões, campanhas massivas de sensibilização com deslocações e destacamentos de equipas técnicas e jornalísticas na prevenção e combate a COVID-19.

Dada a insuficiência de recursos próprios que dispõe o país, no âmbito de prevenção e combate a COVID-19, foram encentados contactos pelo Governo, junto aos parceiros bilaterais e multilaterais, com vista a engarar fundos , de modo que se consiga enfrentar os desafios da pandemia em causa. Até o final de Setembro do corrente ano, conforme o relatório da COVID-19 elaborado pela Direcção do Tesouro, e, conforme a tabela abaixo, o País obteve os seguintes financiamentos:

Tipo de Financiamento	Instituições	Montante (em milhares)		
		Entradas		
		STD	USD	EUR
Donativos	BM		2 500,0	
	OMS	1 371,0		
	BAD			8 906,6
	UNICEF	1 022,1		
	PAM		25,0	
	Macau-China			11,6
	BP		100,0	
	GALP		20,3	
	Total	2 393,1	2 645,3	8 918,2

Ao nível de execução das despesas, no computo geral, o total de despesas realizadas pelo Tesouro Público de Abril a Setembro do corrente ano, no âmbito do programa prevenção e combate a COVID-19, ascende o montante de 142.117,40 milhares de Dobras, que constam-se no TOFE, distribuídas em diversas rubricas orçamentais.

Por conseguinte, de igual modo como aconteceu no exercício económico de 2019, continua sendo incorporado no TOFE, as informações relativas as receitas e despesas de alguns sectores da Administração Central do Estado que por natureza dos seus serviços efectuam cobranças e consequentemente realizam algumas despesas, fora do OGE. Estes movimentos encontram-se nas contas destes sectores nos bancos comerciais e, não passam pela CUT junto ao Banco Central.

Entretanto, apesar de não terem sido orçamentados e, de modo que haja transparência na aplicação do erário público, estes fluxos a partir do mês de Janeiro de 2019, começaram a ser considerados e simultaneamente registados pela Direcção do Tesouro, no qual foram efectuados registos destas informações na Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE). Para as receitas, estas foram classificadas como receitas de serviços e como contrapartida, as despesas foram consideradas de despesas consignadas. Considerando a abordagem acima, estas receitas durante o período em análise, ou seja, de Janeiro a Junho do corrente ano, excedem o valor de 75.353,00 milhares de Dobras e adicionando-se as já existentes, totalizam o valor de 101.246,00 milhares de Dobras. Do mesmo modo, para as despesas realizou-se o valor de 74.574,00 milhares de Dobras e, adicionando-se as despesas consignadas já existentes, totalizaram desta forma o valor de 115.417,00 milhares de Dobras.

# Parte I:

## ANÁLISE SEGUNDO A PERSPECTIVA FISCAL

---



**Ministério do Planejamento, Finanças e Economia Azul**  
**Direcção de Contabilidade Pública**

---

[financas.gov.st](http://financas.gov.st)

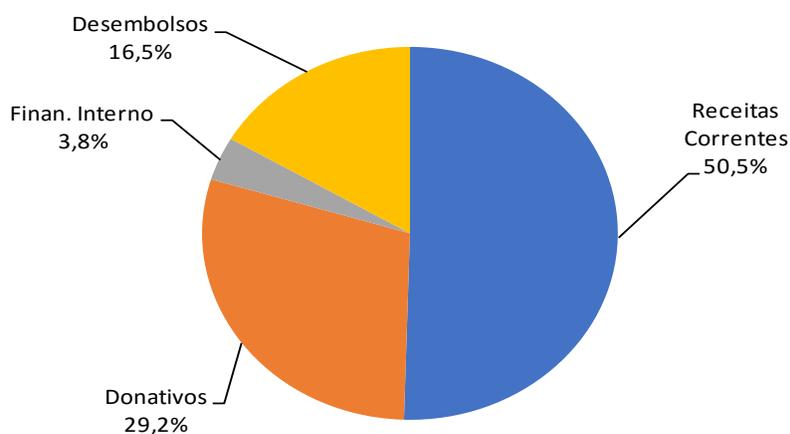
## Parte I: ANÁLISE SEGUNDO A PERSPECTIVA FISCAL

### I.1. Execução das Receitas Totais

As receitas totais representam a soma das receitas efectivas e dos financiamentos, tanto interno (particularmente a transferência da conta nacional de petróleo para financiamento do orçamento) como externo (correspondem a desembolsos de empréstimos para projectos).

As informações contidas na Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE) mostram que até o final do terceiro trimestre do exercício económico em análise as receitas totais arrecadadas totalizaram um montante de 2.227.291 milhares de Dobras, o que corresponde a uma execução de 69,9% do programado para o ano em análise e uma variação homóloga de 30,7%, face ao executado no igual período do ano 2019 (1.704.346 milhares de Dobras).

Gráfico 1: Evolução e Estrutura das Receitas Totais Realizadas  
(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

O moderado incremento relativo ao igual período do ano precedente, deveu-se essencialmente a uma ligeira entrada dos Donativos, nomeadamente os donativos para o apoio orçamental. Do mesmo modo, importa referir que as receitas correntes tiveram um ligeiro crescimento, motivado pelo

acrécimo do nível de execução das receitas fiscais, que se situaram em 16,8%, acima do realizado no mesmo período do ano 2019.

### i.1.1. Receitas Efectivas

Este grupo de receitas representa entradas de recursos que correspondem ao aumento do património financeiro líquido do Estado, compreendendo a soma das Receitas Correntes e os Donativos. Até o final do terceiro trimestre de 2020, esta ascendeu a uma arrecadação de 1.774.808 milhares de Dobras, o que corresponde a uma taxa de execução 64,7% do programado, e um acréscimo de 15,9%, relativamente ao arrecadado no período homólogo de 2019. O acréscimo alcançado deve-se ao ligeiro aumento verificado na entrada dos Donativos, sobretudo os de apoio orçamental, que até o final do terceiro trimestre de 2020, verificou-se um acréscimo de 578,2%, face ao executado no mesmo período de 2019.

Quadro 1: Resumo das Receitas Efectivas

(em milhares de Dobras)

Receitas	Real 2018	OGE 2019	Jan - Set. 2019	OGE - RET 2020	Jan - Set. 2020	% Exec.	% V.H.	% PIB
Receitas efetivas	2 080 816	2 960 194	1 531 781	2 742 939	1 774 808	64,7	15,9	0,2
Receitas correntes	1 365 306	1 331 900	1 082 983	1 319 870	1 123 840	85,1	3,8	0,1
Receitas corr. excl. petróleo	1 153 287	1 329 900	1 019 628	1 314 771	1 100 858	83,7	8,0	0,1
Receitas fiscais	1 099 411	1 230 100	816 779	1 152 404	954 290	82,8	16,8	0,1
Impostos directos	358 017	395 808	310 367	363 765	311 577	85,7	0,4	0,0
Impostos indirectos	740 353	832 533	506 331	788 240	639 285	81,1	26,3	0,1
Imposto s/ Importação d/q	485 988	526 867	319 967	534 430	396 653	74,2	24,0	0,0
Sobretaxa Esp. Der. Petróleo	0	0	506	2 318	62 001	2674,8	12161,4	0,0
Imposto sobre Consumo	157 376	178 725	103 493	172 956	161 547	93,4	56,1	0,0
Imposto sobre valor acrescentado (I	0	0	0	0	0	...	...	0,0
Imposto de Selo	60 139	69 389	46 136	47 607	44 540	93,6	-3,5	0,0
Taxas	36 850	57 552	36 735	33 247	36 546	109,9	-0,5	0,0
Contribuição ao Fundo de Desempr	0	0	0	0	3 199	...	...	0,0
Outras receitas fiscais	1 041	1 759	80	399	229	57,4	184,8	0,0
Receitas não fiscais	265 896	101 800	266 204	167 466	169 550	101,2	-36,3	0,0
Receitas patrimonial d/q	233 901	51 034	102 699	61 357	64 838	105,7	-36,9	0,0
Rendimento de petróleo	212 019	2 000	63 355	2 781	22 982	826,4	-63,7	0,0
Receitas de serviços	21 222	35 212	156 153	103 375	101 246	97,9	-35,2	0,0
Outras receitas não fiscais	10 773	15 554	7 352	2 734	3 465	126,8	-52,9	0,0
Donativos	715 510	1 628 294	448 797	1 423 069	650 968	45,7	45,0	0,1
para financiamento do OGE	125 415	239 209	73 499	408 314	498 475	122,1	578,2	0,1
para Projectos	557 012	1 307 975	329 725	951 500	111 121	11,7	-66,3	0,0
HIPC	33 083	81 110	45 573	63 255	41 373	65,4	-9,2	0,0

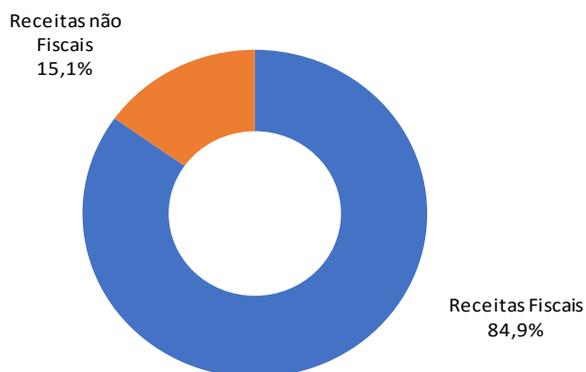
Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

## I.1.2. Receitas Correntes

Nesta categoria estão classificadas as receitas fiscais referente as tributárias (oriundas de impostos, taxas e contribuições) e as não fiscais correspondentes a soma das receitas patrimoniais (provenientes da exploração dos bens do Estado), das receitas de serviços prestados pelo Estado, das transferências recebidas de outras pessoas de direito público ou privado, e de receitas correntes diversas (provenientes de multas, cobranças de dívidas, restituições, etc.).

Gráfico 2: Estrutura das Receitas Correntes Realizadas

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Relativamente ao total programado, as Receitas Correntes registaram um grau de realização de 85,1%, ascendendo aos 1.123.840 milhares de Dobras e, superior ao arrecadado no igual período do ano precedente em 3,8%. O nível de arrecadação desta categoria de receitas até o período em análise, deveu-se, sobretudo ao bom desempenho do IRS, imposto sobre a importação e *Imposto sobre consumo de Bebidas alcoólicas*, tendo este último atingido um nível de execução de 97,4% e uma variação homóloga positiva de 155,6%.

Tendo em conta o nível de execução observado, esta categoria de receita representa cerca de 12,5% do PIB estimado para o ano em análise. Saliente-se que, se do valor apurado deduzirmos as receitas petrolíferas, as receitas correntes<sup>1</sup> ascendem a 1.100.858 milhares de Dobras, ficando a 83,7% do inicialmente estimado, mas que entretanto, corresponde a mais 8,0% do arrecadado no período homólogo do ano transacto.

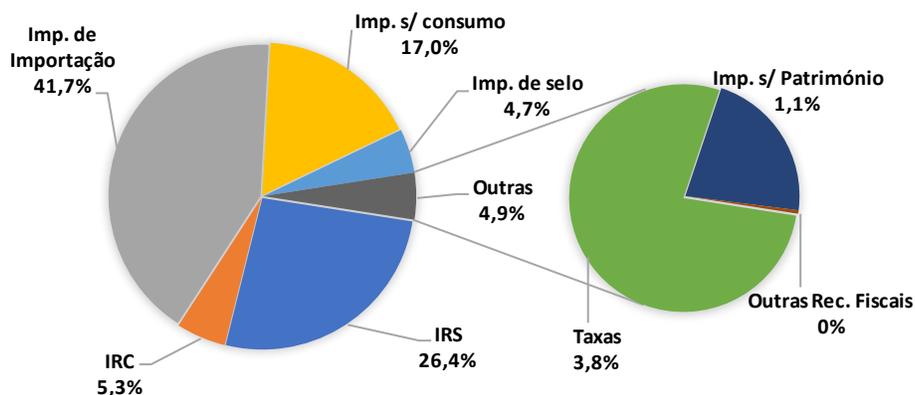
<sup>1</sup> Receitas correntes, excluídos os rendimentos de petróleo é o item das receitas que serve de base para apuramento do saldo primário doméstico.

### I.1.2.1. Receitas Fiscais

As receitas fiscais representam o principal item das receitas correntes (cerca de 84,9%,cf. gráfico.2.), tendo registado até ao final do terceiro trimestre do ano em análise, uma arrecadação que ascende aos 954.290 milhares de Dobras, cerca de 82,8% do programado para o ano, o que corresponde deste modo a um aumento de 16,8%, face ao arrecadado no mesmo período do ano 2019, e, cerca de 10,7% do PIB estimado para o ano. O aumento face ao período homólogo foi apurado principalmente pelo desempenho de um dos seus principais componentes, “Impostos sobre Consumo”, que registou uma execução de 93,4%, face ao programado para o ano. Este agregado teve uma variação positiva de 56,1% em relação ao igual período do ano precedente.

Gráfico 3: Estrutura das Receitas Fiscais Realizadas

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

#### i. Impostos Directos

Em matéria dos Impostos Directos, estes correspondem a 32,6% das receitas fiscais, tendo registado até o terceiro trimestre um grau de execução de 85,7% do previsto, ascendendo aos 311.577 milhares de Dobras, e que corresponde a um acréscimo de 0,4% face ao arrecadado no igual período do ano

transacto. Relativamente ao nível de execução bem como o acréscimo observado, cumpre realçar que os mesmos foram afectados pela contida cobrança do IRS assim como a baixa cobrança do IRC, como justificado nos pontos abaixo:

#### – Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares (IRS)

O código do imposto sobre rendimento de pessoas singulares, consagrado pela Lei n.º 11/2009, define a tributação de rendimentos de pessoas singulares. O IRS incide sobre o valor dos rendimentos provenientes da categoria A (rendimentos do trabalho dependente e de pensões), da categoria B (rendimento empresariais e profissionais), categoria C (rendimentos de capitais) e categoria D (incrementos patrimoniais). Os rendimentos, quer em dinheiro, quer em espécie, e mesmo quando provenientes de actos ilícitos ficam sujeitos à tributação, seja qual for a moeda e a forma que sejam auferidos.

#### Quadro 2: Detalhe do IRS

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE 2019	Jan-Set 2019	OGE - RET 2020	Jan-Set 2020	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
<b>IRS</b>	<b>283 175</b>	<b>215 146</b>	<b>300 506</b>	<b>251 154</b>	<b>83,6</b>	<b>16,7</b>	<b>100,0</b>
do Trabalho por Conta de Outrem	240 390	168 922	252 706	210 221	83,2	24,4	83,7
do Trabalho por Conta Própria	30 567	35 074	32 616	28 847	88,4	-17,8	11,5
de Capitais Individuais	12 218	11 149	15 184	12 087	79,6	8,4	4,8

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Este grupo de receita que representa a segunda maior componente do agregado das receitas fiscais 26,4% (cf. Gráfico 3) apresenta até final do terceiro trimestre uma arrecadação de 251.154 milhares de Dobras, o que corresponde a 83,6% do inicialmente previsto e, um acréscimo de 16,7% face ao arrecadado em igual período de 2019. Com a crise pandémica da Covid 19 o imposto sobre o rendimento do trabalho por conta própria decresceu pelo facto das actividades económicas individuais diminuíram consideravelmente.

#### – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC)

O código do imposto sobre rendimento de pessoas colectivas foi consagrado pela Lei n.º 10/2009 e define a tributação de rendimentos de pessoas colectivas. Este imposto incide sobre o rendimento de pessoas colectivas, nomeadamente sociedades comerciais, sociedades civis sob forma comercial,

cooperativas, empresas públicas, as entidades desportivas de personalidade jurídica, com sede ou Direcção efectiva em território nacional, as entidades com ou sem personalidade jurídica, que não tenha sede nem Direcção efectiva no território nacional, cujos rendimentos são obtidos em São Tomé e Príncipe.

### Quadro 3: Detalhe do IRC

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE	Jan-Set	OGE - RET	Jan-Set	%	%	%
	2019	2019	2020	2020	Exec.	V.H.	Estrut.
<b>IRC</b>	<b>97 981</b>	<b>81 131</b>	<b>53 261</b>	<b>50 127</b>	<b>94,1</b>	<b>-38,2</b>	<b>100,0</b>
Indústria Petrolífera	0	0	0	0	...	...	0,0
Imposto Industrial	93 382	75 359	50 231	47 441	94,4	-37,0	94,6
de Capitais de Pessoas Jurídicas	4 599	5 772	3 031	2 687	88,6	-53,5	5,4
do Transporte do Petróleo	0	0	0	0	...	...	0,0

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

As receitas provenientes deste imposto apresentam até final do período em análise, uma arrecadação de 50.127 milhares de Dobras, correspondendo a 94,1% do estimado para o ano e um decréscimo de 38,2% do que foi arrecadado no período homólogo de 2019, representando 5,3% das receitas fiscais realizadas (cf. Gráfico 3). Esse desempenho, comparativamente com o período homólogo, deveu-se ao baixo nível de cobranças motivada pela crise pandémica (Covid 19). Partes do pagamento desse imposto ocorreu em Setembro, sendo certo que no mês de Outubro também efetuou-se a cobrança do mesmo.

#### - Imposto sobre o Património

Este grupo de impostos refere-se à soma do Imposto da Contribuição Predial Urbana, regida pela Lei n.º 6/2008, de 19 de Agosto, que incide sobre prédios urbanos e terrenos destinados a construção; do Imposto sobre Sucessões e Doações, regulado pela Lei n.º 8/2007, de 25 de Maio, que incide sobre as transmissões gratuitas de bens móveis ou imóveis localizados em território São-tomense, do Imposto de SISA, regido pela Lei n.º 5/2007, de 11 de Maio, que incide sobre as transmissões, a título oneroso, do direito de propriedade, ou de figuras parcelares desse direito, sobre bens imóveis situados em território nacional e do Imposto sobre Veículo Automóvel, que é regido pelo Decreto-lei n.º 13/93, de 5 de Março, que incide sobre o uso e fruição dos veículos motorizados, que circulam pelo seu próprio meio ou estejam estacionados nas vias ou nos lugares públicos.

#### Quadro 4: Detalhe do Imposto sobre Património

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE	Jan-Set	OGE - RET	Jan-Set	%	%	%
	2019	2019	2020	2020	Exec.	V.H.	Estrut.
<b>Imposto sobre o Património</b>	<b>14 652</b>	<b>14 091</b>	<b>9 997</b>	<b>10 295</b>	<b>103,0</b>	<b>-26,9</b>	<b>100,0</b>
Predial Urbano	2 096	2 055	1 964	1 943	98,9	-5,5	18,9
Sucessões e Doações	973	863	1 294	1 465	113,2	69,7	14,2
Transações Imob. a Título Oneroso	7 008	6 751	2 829	2 904	102,7	-57,0	28,2
Veículos Automóveis	4 575	4 421	3 910	3 983	101,9	-9,9	38,7

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Até Setembro de 2020, a taxa de arrecadação das receitas relativas a este grupo de imposto foi de 103,0% do programado, ascendendo aos 10.295 milhares de Dobras, menos 26,9% do que foi arrecadado no mesmo período do ano transacto, representando no seu conjunto 1,1% das receitas fiscais realizadas (cf. Gráfico 3). Para este nível de execução bem como o moderado crescimento observado contribuíram, por um lado, o Imposto sobre Transacção Imobiliária a Título Oneroso (SISA), que conheceu uma execução de 102,7%, cuja matéria colectável provém da dinâmica das transacções imobiliárias, que também sofreu, naturalmente, com a crise sanitária provocada pela Covid 19. Por último, importa frisar que ao nível do Imposto Predial Urbano e Imposto sobre Veículos Automóveis atingiram um nível de execução correspondente a respectivamente 98,9% e 101,9% do programado.

#### ii. Impostos Indirectos

Em relação a este grupo de impostos, importa referir, que os mesmos incidem sobre transacções de produtos, sendo a base tributária os valores de compra e venda, representando a maior componente das receitas fiscais (66,9)%. A arrecadação das receitas derivadas destes impostos para o período em causa, foi de 639.285 milhares de Dobras, o que representa 81,1% do programado e um acréscimo de 26,3%, relativamente ao arrecadado no igual período do ano transacto. O módico nível de execução assim como o ligeiro incremento comparativamente ao período homólogo deve-se sobretudo ao desempenho verificado nas suas diversas componentes, particularmente as rubricas de Imposto sobre as Importações e Imposto sobre o Consumo como justificado nos pontos abaixo:

## – Imposto sobre a Exportação

A política de incentivo à exportação, estatuída pela Lei n.º 1/2000, leva a que o valor de arrecadação de receita desta categoria seja nulo.

## – Imposto sobre a Importação

A dependência da economia nacional face ao exterior continua fazer com que esta categoria seja uma das principais fontes de arrecadação das receitas internas, considerada a maior componente das receitas fiscais arrecadadas (representa 41,7%, cf. Gráfico 3), pelo que até o final do terceiro trimestre de 2020, a arrecadação desse agregado de receitas atingiu o montante de 396.653 milhares de Dobras, corresponde a 74,2% do programado, e um acréscimo de 24,0% face ao arrecadado no mesmo período do ano transacto.

**Quadro 5: Detalhe do Imposto sobre Importação**  
(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE 2019	Jan-Set 2019	OGE - RET 2020	Jan-Set 2020	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
<b>Imposto sobre Comércio Externo</b>	<b>526 867</b>	<b>319 967</b>	<b>534 430</b>	<b>396 653</b>	<b>74,2</b>	<b>24,0</b>	<b>100,0</b>
Imposto sobre a Exportação	0	0	0	0	...	...	0,0
Imposto sobre Importação	526 867	319 967	534 430	396 653	74,2	24,0	100,0
Taxa	240 249	154 347	285 099	160 300	56,2	3,9	40,4
Sobre-Taxa	286 618	165 115	247 013	174 351	70,6	5,6	44,0
Sobre-taxa derivado de prod. petrolíferos	0	506	2 318	62 001	2674,79	12161,4	15,6

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Para o nível de execução verificado concorreram, por um lado, as Taxas sobre Importação, derivadas do imposto aduaneiro, que registaram um grau de execução de 74,2% do programado, ascendendo aos 396.653 milhares de Dobras, o que representa um aumento de 24,0%, face ao arrecadado no mesmo período do ano anterior, e por outro, a Sobre-Taxa de importação, que obteve nível de execução de 70,6% do programado, ascendendo a 174.351 milhares de Dobras, que entretanto corresponde a mais 5,6% do que foi arrecadado no igual período do ano transacto.

## - Imposto sobre consumo

Este agregado de receitas que é composto por Imposto sobre Consumo de Serviços, Imposto de Consumo de Bebidas Alcoólicas e sobre o Consumo de Produção Local, registou uma execução que representa 17,0% das receitas fiscais (cf. Gráfico 3), tendo apresentado uma taxa de arrecadação que ficou nos 93,4% do programado, ascendendo aos 161.547 milhares de Dobras, o que representa um

aumento de 56,1%, face ao arrecadado no período homólogo do ano transacto. A performance registada ao nível deste imposto foi impulsionada pelo:

O desempenho registado ao nível dos Impostos sobre Consumo de Serviços, que alcançou uma realização de 89,8%, ascendendo aos 73.879 milhares de Dobras, que, todavia, corresponde a mais 23,6% do que foi arrecadado no igual período de 2019. É importante salientar que neste agregado de receitas faz parte o imposto sobre o consumo de Água e Energia e o imposto sobre o consumo de serviço bancário que sofreram uma variação negativa nos meses de Julho, Agosto e Setembro. Sendo a EMAE, o principal contribuinte deste imposto, esta, teve uma diminuição no consumo de serviços de terceiros tal como no trimestre anterior. O mesmo impacto teve também no sector de Serviços Hoteleiros e Similares.

- i. O bom desempenho desta receita neste trimestre deveu-se a boa cobrança no mês de Agosto do **Imposto sobre o Consumo de Bebidas Alcoólicas** num valor que ascendeu a 59.516 milhares de Dobras, ficando a 97,4% do programado e um aumento de 155,6%, face ao período homólogo.
- ii. O Imposto sobre Consumo de Produção Local que até final de Setembro registou uma taxa de execução de 95,1% relativamente ao programado e um considerável acréscimo de 37,9% face ao que foi arrecadado no mesmo período do ano transacto, tendo alcançado uma arrecadação de 28.152 milhares de Dobras. Este imposto foi o que menos sofreu com a crise sanitária provocada pela Covid-19;

**Quadro 6: Detalhe do Imposto sobre Consumo**

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE 2019	Jan-Set 2019	OGE - RET 2020	Jan-Set 2020	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
<b>Imposto sobre o Consumo</b>	<b>178 726</b>	<b>103 493</b>	<b>172 956</b>	<b>161 547</b>	<b>93,4</b>	<b>56,1</b>	<b>100,0</b>
de Álcool Industrial	0	1	0	0	...	-100,0	0,0
de Derivados do Petróleo	0	0	0	676	...	...	0,4
de Gases Liquefeitos	0	0	0	240	...	...	0,1
de Bebidas Alcoólicas	38 506	23 287	61 083	59 516	97,4	155,6	36,8
de Serviços de Telecomunicações	12 542	12 446	39 322	30 268	77,0	143,2	18,7
de Serviços Hoteleiros e Similares	9 683	8 474	8 232	9 047	109,9	6,8	5,6
de Serviços de Água e Energia	12 669	9 433	10 082	7 113	70,5	-24,6	4,4
de Serviços Bancários e de Seguros	11 531	7 334	10 420	7 786	74,7	6,2	4,8
de Serviços Diversos	50 006	22 101	14 200	18 749	132,0	-15,2	11,6
de Produção Local	38 397	17 817	27 325	25 724	94,1	44,4	15,9
de Produtos Diversos	5 392	2 600	2 292	2 428	105,9	-6,6	1,5

Fonte: Direção de Contabilidade Pública - MPFEA

## – Imposto de Selo

O imposto de selo tem como base de tributação entre outras, as facturações. Se a dinâmica das transacções de bens e serviços arrefece, a arrecadação deste imposto também diminui. Conforme apresentado no Quadro 1, registou-se nesta categoria de receitas fiscais, uma arrecadação que ascendeu 44.540 milhares de Dobras (representa 4,7% das receitas fiscais, cf. Gráfico 3), o que corresponde a uma taxa de execução de 93,6% do programado e uma perda de 3,5% do realizado no período homólogo de 2019. O moderado acréscimo e o nível de arrecadação observado estão relacionados com desempenho das suas componentes Selo de Conhecimento e Cobrança e Selo de Cheque que representam no seu conjunto 258,8% do grupo de imposto de selo. Durante o período em análise, a Administração Fiscal notificou os vendedores de cerveja, com base nas informações obtidas através da Cervejaria Rosema para efectuarem o pagamento do imposto de selo pelas vendas efectuadas.

**Quadro 7: Detalhe do Imposto de Selo**  
(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE	Jan-Set	OGE - RET	Jan-Set	%	%	%
	2019	2019	2020	2020	Exec.	V.H.	Estrut.
<b>Imposto de Selo</b>	<b>69 389</b>	<b>46 136</b>	<b>47 607</b>	<b>44 540</b>	<b>93,6</b>	<b>-3,5</b>	<b>100,0</b>
Selo de Verba	41 247	26 957	28 253	26 015	92,1	-3,5	58,4
Selo de Conhecimento e Cobrança	4 029	4 533	3 984	3 404	85,4	-24,9	7,6
Selo de Cheque	19	787	7	12	173,4	-98,5	5,7
Selo de Assistência	24 094	13 860	15 363	15 110	98,4	9,0	33,9

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

## – Taxas

Relativamente as Taxas, que também incorporam custas e emolumentos, sobretudo os alfandegários, atingiram até final do período em análise um grau de realização de 109,9% do programado, ascendendo aos 36.546 milhares de Dobras, o que reflectiu num decréscimo de 0,5% face ao arrecadado no igual período do ano 2019. O montante arrecadado representa cerca de 3,8% das receitas fiscais (ver Gráfico 3).

**Quadro 8: Detalhe das Taxas**  
(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE 2019	Jan-Set 2019	OGE - RET 2020	Jan-Set 2020	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
<b>Taxas</b>	<b>57 552</b>	<b>36 735</b>	<b>33 247</b>	<b>36 546</b>	<b>109,9</b>	<b>-0,5</b>	<b>100,0</b>
<b>das quais</b>							
Custas e taxas	2 727	2 129	1 739	1 607	92,4	-24,5	4,4
Emolumentos Gerais aduaneiros	3 609	2 579	4 509	2 560	56,8	-0,8	7,0
Emolumento Geral de exportação	3 866	32	60	25	41,9	-20,3	0,1
Emolumento Pessoais	9 259	5 649	4 598	4 860	105,7	-14,0	13,3
Subsídio de deslocação	13 998	10 417	6 994	9 524	136,2	-8,6	26,1
Emolumento e Taxas Diversas	19 335	13 836	12 987	15 061	116,0	8,9	41,2
Emolumento Especiais - 10%	4 758	2 094	2 359	2 910	123,4	39,0	8,0

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

### iii. Outras Receitas Fiscais

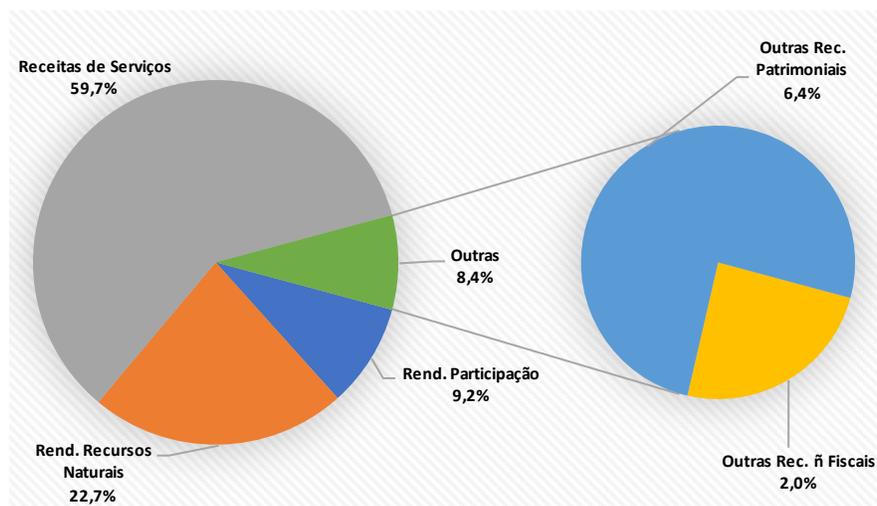
Estão agregadas nesta rubrica, todas as outras taxas e impostos residuais, cobrados que não se enquadram nos grupos anteriormente mencionados. Assim, até o final do terceiro trimestre do exercício económico em análise, o nível de arrecadação deste agregado de receitas foi de 57,4% do programado, atingindo os 229 milhares Dobras, o que traduziu num acréscimo de 184,8% em termos homólogos nominais face ao arrecadado no igual período de 2019.

#### I.1.2.2. Receitas não Fiscais

Este agregado de receitas que é composto por Receita Patrimonial (Rendimento de Participações), Receitas de Serviços e Outras Receitas não Fiscais, teve até final de Setembro do trimestre em análise, uma taxa de realização de 101,2% do programado, ascendendo aos 169.550 milhares de Dobras, o que em termos homólogos nominais corresponde a um decréscimo de 36,3% face ao igual período de 2019, representando desta forma, 15,0% das receitas correntes realizadas. O moderado acréscimo verificado deveu-se fundamentalmente ao desempenho do Rendimento de Recursos Naturais, inclui (o rendimento do petróleo e o rendimento de pescas), bem como outras receitas patrimoniais que inclui (renda de casa e outros rendimentos imobiliários); tendo atingido 116,2% e 126,8%, respectivamente do programado para o ano.

#### Gráfico 4: Estrutura das Receitas Não Fiscais

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

##### i. Receita Patrimonial

Relativamente a esta componente de Receitas não Fiscais verifica-se que a mesma alcançou 105,7% do estimado para o ano, ascendendo aos 64.838 milhares de Dobras, o que corresponde a um decréscimo de 36,9% face ao que se arrecadou no igual período do ano transacto (que era de 102.699 milhares de Dobras). O nível de arrecadação verificado deve-se essencialmente ao desempenho da sua subcomponente “Rendimentos de Recursos Naturais”, que apresentou uma execução muito inferior ao período homólogo, como abaixo se discrimina:

##### – Rendimento de Participações

Nesse grupo de receitas fazem parte a participação do Estado nos Rendimentos das Empresas Estatais, os do Banco Central e das Empresas Participadas de acordo com o estipulado no artigo 5.º da Lei n.º 1/2017. Assim sendo, conforme os dados apresentados no TOFE referente ao período em análise, verifica-se que a sua execução atingiu 15.563 milhares de Dobras, representando 99,3% do programado para o ano e um decréscimo de 8,9% em relação ao igual período do ano precedente. Entretanto, salienta-se que do montante de 15.563 milhares de Dobras, contou-se com a participação do Estado nos rendimentos do Banco Central e do BISTP, nos valores de 2.095 milhares de Dobras e 13.468 milhares de Dobras respectivamente.

#### – Rendimento de Recursos Naturais

Relativamente às receitas provenientes dos recursos naturais, estas fazem referência às receitas oriundas do Rendimento do Petróleo (bónus de assinatura e taxas de transacção imobiliária) e do Rendimento das Pescas (relativas ao acordo de pesca assinado com a União Europeia e a concessão de licenças de pescas a pequenas embarcações). A sua execução situou-se nos 116,2% do programado, ascendendo aos 38.542 milhares de Dobras (representa 22,7% das receitas não fiscais, cf. Gráfico 4), e que corresponde a um decréscimo de 46,3%, comparativamente ao executado no mesmo período de 2019.

#### – Outras Receitas Patrimoniais

Este grupo de receitas representa todas as outras receitas patrimoniais não incluídas nos itens acima mencionados. Até final do terceiro trimestre do ano em análise, as mesmas conheceram uma execução na ordem de 10.733 milhares de Dobras, cerca de 85,7% do programado e uma diminuição de 22,7% do que foi arrecadado no período homólogo do ano anterior.

#### ii. Receitas de Serviços

Estas compreendem as receitas originárias da exploração e da prestação de serviços em geral, tais como comerciais, comunitários, entre outros, que são consignadas algumas despesas dos sectores que as arrecadam. Sendo assim, durante o terceiro trimestre de 2020, arrecadou-se neste agregado de receitas o montante de 101.246 milhares de Dobras, (representa 59,7% das receitas não fiscais, ver Gráfico 4), que obteve nível de execução de 97,9% do programado, correspondendo desta forma uma diminuição de 35,2% face ao arrecadado no período homólogo de 2019.

#### iii. Outras Receitas não Fiscais

Neste agregado de receitas estão todas as outras receitas não fiscais que não se enquadram nas anteriormente mencionadas. No período em análise, a taxa de arrecadação desse agregado de receitas foi de 126,8% do programado, atingindo os 3.465 milhares de Dobras, menos 52,9%, face ao registado no igual período de 2019, representando cerca de 2,0% das receitas não fiscais, conforme apresentado no Gráfico 4.

### I.1.3. Donativos

Dada a conjuntura internacional adversa, decorrente da crise económico-social que os parceiros de cooperação tradicionais de São Tomé e Príncipe atravessam, provocada sobretudo pela pandemia da COVID-19, constata-se uma considerável dificuldade de captação de recursos externos, sobretudo dos Donativos.

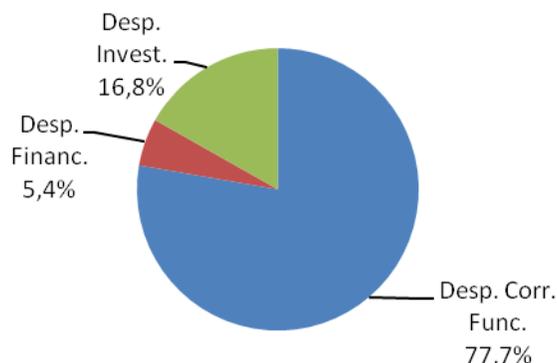
De acordo com dados observados através do Quadro 1, verifica-se que os recursos provenientes de Donativos, até o período em análise ascenderam 650.968 milhares de Dobras, constituídos pelos donativos para financiamento do orçamento no montante de 498.475 milhares de Dobras, os donativos para projectos no montante de 111.121 milhares de Dobras e, o valor de 41.373 milhares de Dobras do fundo HIPC.

É de referir que o total dos donativos até final do período em análise, representa 45,7% do programado e um acréscimo de 45,0%, face ao arrecadado no igual período de 2019, correspondendo desta forma a cerca de 29,2% das receitas totais, (cf. Gráfico 1)

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

Durante o período compreendido de Janeiro a Setembro de 2020, as Despesas Totais que representam a soma das Despesas de Funcionamento (incluindo Juros da Dívida e Despesas Consignadas), Despesas de Investimentos Públicos e Despesas Financeiras (Despesas de Amortização da Dívida Pública) conheceram neste período, uma taxa de execução de 65,2% do inicialmente aprovado, ascendendo ao montante de 2.077.880 milhares de Dobras, e mais 25,3% do executado no igual período de 2019, impulsionado particularmente por uma maior realização das despesas correntes de funcionamento (77,7%, cf. Gráfico 5). Embora o crescimento verificado, o nível moderado do desempenho alcançado, deve-se fundamentalmente a baixa execução das despesas de investimentos públicos, em decorrência da baixa mobilização dos recursos internos reflectidos na componente recursos próprios e HIPC, bem como os externos, na vertente donativos para financiar projectos inscritos no orçamento, associada a contenção e alinhamento das despesas primárias, ao ritmo de arrecadação das Receitas Correntes, tendo em foco a meta do défice primário acordada com os parceiros de Bretton Woods.

**Gráfico 5: Evolução e Estrutura das Despesas Totais**  
(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

### I.1.1. Despesas Efectivas

Relativamente a categoria das Despesas Efectivas, que expressam a diminuição do património líquido do Estado (correspondem as Despesas Totais excluindo Despesas Financeiras), registaram até final do trimestre em análise, uma execução que ascendeu ao montante de 1.964.868 milhares de Dobras, cerca de 63,8% do inicialmente previsto e um acréscimo de 23,1% do executado no período homólogo de 2019. Apesar do crescimento verificado, constata-se que a taxa de execução dessas despesas ficou aquém do programado, devido fundamentalmente, a baixa realização das despesas do programa de investimentos públicos, na vertente das financiadas com recursos internos e externos.

## I.1.2. Despesas Primárias

Atendendo que estas despesas correspondem à soma das Despesas de Funcionamento (excluindo Juros da Dívida Pública e as Despesas Correntes de Exercícios Anteriores) e das Despesas de Investimentos públicos financiadas com Recursos Internos (excluindo privatização) e, que serve de contraparte para o apuramento do saldo primário, que é o principal indicador de desempenho das finanças públicas, a sua realização face ao orçamentado foi de 73,9%, tendo ascendido a 1.387.552 milhares de Dobras, correspondente a mais 17,6% do que foi executado no mesmo período do ano transacto e a 15,5% do PIB estimado para o ano. O alto nível de execução, bem como o acréscimo verificado deve-se por m lado ao pagamento regular das despesas correntes sobretudo as despesas com pessoal bem como as transferências correntes, evitando deste modo a acumulação dos atrasados; e, por outro lado ao pagamento de despesas adicionais no âmbito no âmbito do programa de combate a Pandemia do COVID-19.

**Quadro 9: Despesas Totais Executadas**

(em milhares de Dobras)

Despesas	Real 2018	OGE 2019	Jan - Set. 2019	OGE - RET 2020	Jan - Set. 2020	% Exec.	% V.H.	% PIB
Despesas Totais	2 345 339	3 160 269	1 658 260	3 184 506	2 077 880	65,2	25,3	23,3
Despesas efectivas	2 258 941	3 006 008	1 596 483	3 079 653	1 964 868	63,8	23,1	22,0
Despesas primárias	1 424 167	1 494 328	1 179 593	1 876 684	1 387 552	73,9	17,6	15,5
Despesas correntes	1 473 182	1 539 273	1 246 858	1 896 548	1 615 199	85,2	29,5	18,1
Despesas com pessoal	795 975	809 224	642 314	980 529	704 030	71,8	9,6	7,9
Bens e serviços	259 716	244 040	177 101	321 427	220 925	68,7	24,7	2,5
Juros da dívida	34 242	62 825	35 388	42 285	34 020	80,5	-3,9	0,4
Subsídios e tranf. correntes	272 723	321 962	196 046	326 356	266 418	81,6	35,9	3,0
Outras despesas correntes	70 505	77 541	153 430	202 225	179 179	88,6	16,8	2,0
Exercício findo	40 021	23 681	42 581	23 726	210 627	887,7	394,7	2,4
Investimento públicos	785 759	1 466 735	349 625	1 183 105	349 670	29,6	0,0	3,9
Recursos internos	25 248	41 561	10 703	46 147	17 000	36,8	58,8	0,2
Recursos próprios	13 428	21 845	4 546	27 731	9 130	32,9	100,8	0,1
Recursos de Privatização	0	0	0	0	0	...	...	0,0
HIPC	11 820	19 716	6 157	18 416	7 870	42,7	27,8	0,1
Recursos externos	760 512	1 425 174	338 922	1 136 958	332 670	29,3	-1,8	3,7
Donativos	643 653	1 307 975	253 239	951 500	332 670	35,0	31,4	3,7
Empréstimos	116 859	117 199	85 683	185 458	0	0,0	-100,0	0,0
Despesas Financeiras	86 397	154 261	61 777	104 853	113 012	107,8	82,9	1,3

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

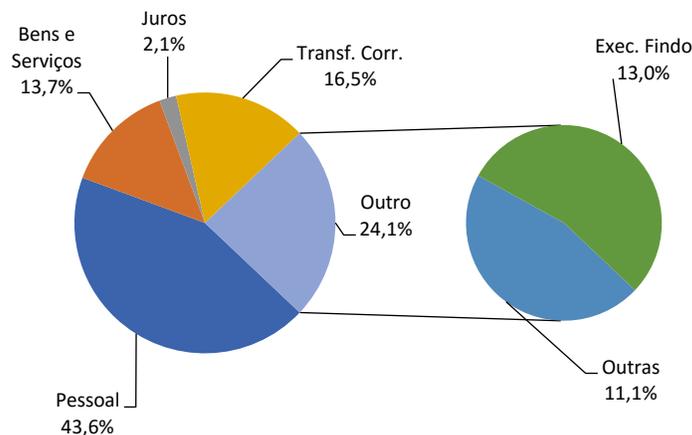
## I.1.3. Despesas de Funcionamento

Fazendo menção as despesas de funcionamento, estas referem-se as despesas correntes, tanto das actividades (incluindo juros da dívida pública) como as financiadas com recursos consignados aos sectores. Portanto, esta rubrica inclui todas as despesas de funcionamento que têm o carácter permanente e que se repetem

anualmente, com objectivo de suportar o funcionamento do aparelho do Estado, tendo a sua execução correspondido a 77,7% das despesas totais, conforme apresentado no Gráfico 5.

**Gráfico 6: Evolução e Estrutura das Despesas de Funcionamento**

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Dada a apreciação dos dados até o terceiro trimestre do ano 2020, através do Quadro 9, observa-se que as mesmas tiveram uma execução que ascende a 1.615.199 milhares de Dobras, o que corresponde a 85,2% do inicialmente aprovado, e uma variação homóloga positiva em termos nominais de 29,5%, representando 18,1% do PIB estimado. Entretanto, o nível de execução verificado deve-se sobretudo ao desempenho alcançado pelos agregados que compõem esta categoria, como abaixo se descremina:

– **Despesas com Pessoal (incluindo encargos com segurança social)**

As Despesas com Pessoal, incluindo os encargos com a segurança social, correspondem a 43,6% do total das despesas correntes de funcionamento, conforme mostra o Gráfico 6, mais de 73,8% das receitas fiscais realizadas e cerca de 7,9% do PIB estimado, o que evidencia a continuidade do seu peso no sector público administrativo. Entretanto, no período em análise a sua execução ficou nos 704.030 milhares de Dobras, representando 71,8% do inicialmente aprovado, o que corresponde, em termos homólogos nominais, a um acréscimo de 9,6%, justificados pelo pagamento de retroactivos relativos a promoções, das forças militares e paramilitares, bem como a incorporação no SAFE-e de salários dos Institutos de Habitação Imobiliária e Marítimo e Portuário. De ressaltar, que do total executado, destacam-se as rubricas vencimentos e salários e outras despesas com pessoal que representam 71,7% e 72,2%, respectivamente do valor programado para o ano.

#### – Despesas com Bens e Serviços

Este agregado de despesas corresponde à aquisição de bens (duradouros e não duradouros) e serviços para o funcionamento da Administração Pública, representando cerca de 13,7% das despesas correntes de funcionamento (cf. Gráfico 6). De acordo com as informações do Quadro 9, observa-se que até o terceiro trimestre do ano em análise, as despesas com aquisição de bens e serviços, tiveram uma taxa de execução de 68,7% do inicialmente aprovado, ascendendo aos 220.925 milhares de Dobras, o que corresponde a um aumento de 24,7%, face ao executado no mesmo período do ano transacto. Importa salientar que o acréscimo observado ao nível deste grupo de despesas foi impulsionado pela execução de despesas adicionais no âmbito do programa de combate a Pandemia da Covid-19, como acima mencionado no capítulo da Avaliação Global, verificando-se um alto desempenho em todas as rubricas que compõem esta categoria de despesas a representar; Bens duradouros, Bens não duradouros, Aquisição de serviços e Outras aquisições de serviços correspondendo a mais 19,5%, 61,4%, 72,9% e 41,6%, respectivamente.

#### – Juros da Dívida

As despesas com juros tiveram uma realização de 34.020 milhares de Dobras, ficando nos 80,5% do programado, e com uma variação homóloga negativa de 3,9% face ao realizado no mesmo período do ano anterior (ver Quadro 9), tendo uma participação de 2,1% do total das despesas correntes de funcionamento (cf. Gráfico 6).

#### – Subsídios e Transferências Correntes

Os subsídios são aqui entendidos como as transferências efectuadas para as empresas privadas para suportar as actividades produtivas. A ausência desses tipos de despesas por parte do Estado faz com que os registos sejam nulos.

Portanto, no que se refere às transferências correntes, estas fundamentalmente são feitas sem contrapartidas pela Administração Central, particularmente, aos Serviços e Fundos Autónomos, os Institutos Públicos, as Câmaras Distritais, à Região Autónoma do Príncipe, para as Famílias e para o Funcionamento das Embaixadas. Com a consolidação da política de concessão gradual da autonomia administrativa e financeira aos diversos órgãos e organismos, este grupo de despesas continua a adquirir relevância no cômputo das despesas correntes (de funcionamento) realizadas, tendo correspondido a 16,5% das mesmas (cf. Gráfico 6).

Contudo, conforme o Quadro 9, observa-se que até o final do trimestre em análise, as Transferências Correntes atingiram uma execução que ascende a 266.418 milhares de Dobras, o que corresponde a 81,6% do inicialmente aprovado e mais 35,9% do executado no igual período do ano 2019. Contribuíram para o valor efectuado as execuções das suas diversas subcomponentes, com maior realce para a transferência corrente para a Região Autónoma do Príncipe (RAP), para as Famílias, para Institutos Públicos, para as Câmaras Distritais e para Serviços Autónomos, tendo registado no seu conjunto 94,2% do executado neste grupo de despesas. Em termos de variação homóloga, apenas as transferências para Institutos Públicos, os valores executados ficaram abaixo do executado no período homólogo do ano transacto.

#### – Outras Despesas Correntes

Esse agregado de despesas para além de incluir todas as despesas que não se enquadram em nenhum dos itens mencionados anteriormente, englobam também as despesas com "Junta de Saúde para o Exterior" e "Despesas Consignadas" com recursos próprios dos sectores que as arrecadam. Dados observados através do Quadro 9, mostram que até o final de Setembro de 2020, as mesmas tiveram uma execução de 179.179 milhares de Dobras, estando a 88,6% do inicialmente aprovado, representando 11,1% das despesas de funcionamento (ver Gráfico 6). Comparativamente ao executado no período homólogo apresenta um acréscimo de 16,8%. O elevado nível de execução deve-se a performance da rubrica "Outras (incluindo junta médica) " com 60,3% do programado e Despesas Consignadas que também ficou a 119,2% do inicialmente aprovado, devido a incorporação de despesas consignadas dos serviços junto aos bancos comerciais e que não passam pela CUT, que até o final do período em análise foram executadas 115.417 milhares de Dobras (conforme abordagem efectuada no capítulo da apreciação global).

#### – Despesas Correntes do Exercício Findo

Estas são orçamentadas de modo a se pagar as despesas correntes dos anos anteriores que transitaram para o ano corrente e que devem ser pagas mediante a existência de dotação disponível para o efeito. No final do trimestre em análise, registou-se uma execução que ascendeu a 210.627 milhares de Dobras, correspondente a 887,7% do previsto e mais 394,7% do executado no igual período do ano antecedente.

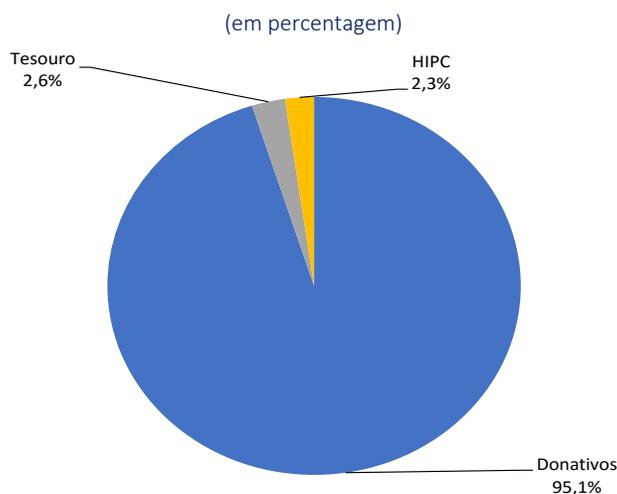
O aumento verificado nesta categoria de despesas, deveu-se sobretudo ao pagamento dos atrasados de consumo de Água e Energia e comunicações dos anos anteriores.

#### I.1.4. Despesas de Investimentos Públicos (PIP)

As despesas de investimentos públicos executadas, referem-se aos gastos de projectos efectuados com a formação bruta de Capital fixo e bens duradouros, agregando assim valor ao património do Estado e que estão dispostos por fonte de recursos internos e externos, sendo que os internos agrupam as financiadas com Recursos Próprios do Tesouro, Recursos de Privatização e Recursos oriundos da iniciativa HIPC. Os recursos externos correspondem a soma das despesas financiadas com Donativos e Créditos.

Para o período em análise, as despesas de investimentos públicos, registaram uma execução no montante de 349.670 milhares de Dobras, (cerca de 16,8% das Despesas Totais, cf. Gráfico 5), o que corresponde a 29,6% do inicialmente aprovado e não se registando a variação homóloga no igual período do ano 2019 tendo em conta que a base de execução é a mesma.

### Gráfico 7: Evolução e Estrutura das Despesas de Investimentos Públicos (PIP)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

O baixo nível de execução bem como o ligeiro crescimento observado face ao igual período de 2019, deve-se por um lado, a contida mobilização dos recursos internos (recursos próprios e HIPC) e por outro, dos recursos externos, principalmente de recursos de donativos, que é justificado pelo facto de uma parte das informações de execução dos projectos financiados por este recurso e executados directamente pelos parceiros de cooperação, até ao momento não se encontram disponíveis para efeito de consolidação.

Despesas de investimento público com recursos internos, correspondem aos projectos inscritos no PIP financiados com Recursos Próprios do Tesouro e com financiamento do fundo de iniciativa para países pobres e altamente endividados (HIPC). Conforme se observa no Quadro 9, as mesmas foram programadas no montante de 46.147 milhares de Dobras para o período em referência. Entretanto, até o final do trimestre em análise registou-se uma execução de 17.000 milhares de Dobras correspondendo a 36,8% do orçamentado. Assim sendo, no Gráfico 7, estas representam 4,9% do PIP executado.

O nível de execução aquém do esperado para o período em análise, é justificado pela baixa execução dos seus agregados, sendo que a componente de Recursos Próprios do Tesouro atingiu 32,9% do programado, ascendendo a 9.130 milhares de Dobras (corresponde a 2,6% do PIP, conforme o Gráfico 7). Salienta-se que a componente HIPC situou-se nos 42,7% do programado, ascendendo a 7.870 milhares de Dobras (cerca de 2,3% do PIP executado, ver o Gráfico 7).

#### – Despesas de Investimento financiadas com Recursos Externos

Nesta componente estão os projectos inscritos no PIP que são financiados tanto com donativos como com créditos. Até ao final do período em análise, verifica-se uma execução que ascendeu a 332.670 milhares de

Dobras, correspondendo a 29,3% do programado, o que representa cerca de 95,1% do total do PIP executado. Comparativamente a igual período do ano anterior constata-se que o nível de execução alcançado representa um decréscimo de 1,8%. Vale ressaltar, que do montante do PIP executado, 95,1% correspondem as despesas financiadas com Donativos (ver Gráfico 7), que registaram uma execução de 35,0% do aprovado e um acréscimo de 31,4% do executado no mesmo período do ano transacto. É de referir que os recursos financiados com créditos não registaram execução.

#### **I.1.5. Despesas Financeiras (Amortização da Dívida Pública)**

A razão dos compromissos assumidos para período em análise, observa-se, através do Quadro 9, que as despesas financeiras registaram uma execução no montante de 113.012 milhares de Dobras, cerca de 107,8% do programado e mais 82,9% em termos nominais face ao executado no mesmo período do ano transacto, o que corresponde a 5,4% das despesas totais executadas, conforme apresentado no Gráfico 5.

Ao procedermos a análise do Quadro 10, observa-se que até Setembro do corrente ano, que o estoque da dívida pública situa-se nos 400,5 milhões de Dólares Americanos, um acréscimo de 3,3% do que se verificou até o final de 2019, correspondendo a 95,6% do PIB, sendo que do montante apurado USD 167,8 milhões correspondem aos atrasados. Ainda observando o Quadro 10, nota -se que em termos de estrutura, 71,3% do estoque da dívida pública referem-se a dívida externa, enquanto as internas representam 28,7%.

No âmbito da dívida externa, 24,7% referem-se a dívida multilateral e 75,3% a bilateral, sendo no circuito desta as mais proeminentes são as dívidas com Portugal (19,5%) e Angola (nova dívida) 14,6%. Relativamente à dívida interna, as mesmas ascendem a USD 114,8 milhões, sendo que USD 13,7 milhões (cerca de 11,9% na estrutura do total da dívida interna) correspondem a dívidas com fornecedores, USD 29,6 milhões (25,8% do total da dívida interna) correspondem a emissão do bilhete de Tesouro e novos atrasados internos com USD 71,5 milhões (cerca de 62,3% na estrutura do total da dívida interna).

## Quadro 10: Estoque da Dívida Pública até Setembro de 2020

(em milhões de Dólares)

PERÍODOS	2017	2018	2019	1º TRIM 2020	Sem atrasados	Atrasados	1º SEM. 2020	Sem atrasados	Atrasados	3º TRIM 2020	Sem atrasados	Atrasados
<b>STOCK TOTAL</b>	<b>291,9</b>	<b>296</b>	<b>387,6</b>	<b>384,5</b>	<b>202,3</b>	<b>182,1722</b>	<b>402,8</b>	<b>232,1</b>	<b>170,8</b>	<b>400,5</b>	<b>232,7</b>	<b>167,8</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>261,4</b>	<b>264</b>	<b>269,9</b>	<b>273,4</b>	<b>177,1</b>	<b>96,3</b>	<b>286,5</b>	<b>190,2</b>	<b>96,3</b>	<b>285,7</b>	<b>189,4</b>	<b>96,3</b>
Multilateral	44,5	49,5	54,5	57,8	57,8	0	71,3	71,3	0,0	70,5	70,5	0,0
BAD/FAD	6,9	11,8	15,4	16,4	16,4	0	16,2	16,2	0,0	16,1	16,1	0,0
IDA	11,9	11,8	11,6	11,6	11,6	0	11,5	11,5	0,0	11,5	11,5	0,0
FIDA	5,8	5,4	5	5	5	0	4,7	4,7	0,0	4,7	4,7	0,0
OPEC	2	1,7	1,4	3,9	3,9	0	3,5	3,5	0,0	3,5	3,5	0,0
BEI	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BADEA	12	12	11,8	11,73	11,7	0	14,0	14,0	0,0	13,3	13,3	0,0
FMI	5,9	6,9	9	9	9	0	21,3	21,3	0,0	21,3	21,3	0,0
KUWAIT FUND¹	-	-	0,2	0,2	0,2	0	0,2	0,2	0,0	0,2	0,2	0,0
Bilateral	216,9	214,5	215,4	215,6	119,3	96,3	215,2	118,9	96,3	215,2	118,9	96,3
Clube de Paris	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0	0,8	0,8	0,0	0,8	0,8	0,0
ALEMANHA	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BÉLGICA	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0	0,8	0,8	0,0	0,8	0,8	0,0
ESPAÑA	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
FRANÇA	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RÚSSIA	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Não Clube de Paris	216	213,6	214,6	214,8	118,5	96,3	214,4	118,1	96,3	214,4	118,1	96,3
PORTUGAL	59,6	57,2	55,9	55,9	55,9	0	55,9	55,9	0,0	55,9	55,9	0,0
ANGOLA(atrasada)	30,6	30,6	36	36	0	36	36,0	0,0	36,0	36,0	0,0	36,0
ANGOLA	10,9	10,9	11,1	10,8	10,8	0	10,4	10,4	0,0	10,4	10,4	0,0
ANGOLA(nova dívida)	40	40	41,8	41,8	41,8	0	41,8	41,8	0,0	41,8	41,8	0,0
ARGÉLIA	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CHINA POPULAR	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CABO VERDE	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
JUGUSLAVIA4	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Div. Comercial	34,3	34,3	34,3	34,3	10	24,3	34,3	10,0	24,3	34,3	10,0	24,3
ITALIA	24,3	24,3	24,3	24,3	0	24,3	24,3	0,0	24,3	24,3	0,0	24,3
CHINA	10	10	10	10	10	0	10,0	10,0	0,0	10,0	10,0	0,0
Div. Curto Prazo	40,7	40,7	35,9	36	0	36	36,0	0,0	36,0	36,0	0,0	36,0
NIGÉRIA	30	30	30	30	0	30	30,0	0,0	30,0	30,0	0,0	30,0
BRASIL	4,3	4,3	4,3	4,3	0	4,3	4,3	0,0	4,3	4,3	0,0	4,3
ANGOLA(atrasada)*	4,8	4,8	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
GUINÉ EQUATORIAL	1,7	1,7	1,7	1,7	0	1,7	1,7	0,0	1,7	1,7	0,0	1,7
DÍVIDA INTERNA	30,6	32	117,7	111,1	25,3	85,9	116,3	41,8	74,5	114,8	43,3	71,5
Div. c/ Fornecedores	13,5	12,5	13,1	13,0	13,0	0	13,2	13,2	0,0	13,7	13,7	0,0
MSF	5,1	4,8	4,7	4,6	4,6	0	4,7	4,7	0,0	4,9	4,9	0,0
HIDROELECTRICA	2,5	2,4	2,3	2,3	2,3	0	2,3	2,3	0,0	2,4	2,4	0,0
S YNERGIES	5	4,3	4,6	4,6	4,6	0	4,7	4,7	0,0	4,8	4,8	0,0
OUTROS	0,2	0,2	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
ATRAS. INTERNOS	0,8	0,8	1,5	1,4	1,4	0	1,5	1,5	0,0	1,6	1,6	0,0
Novos Atrasados Internos	0	0	75,2	74,0	2,1	72,0	74,5	0,0	74,5	71,5	0,0	71,5
ESTADO/EMAE	-	-	5	5,9	1,8	4,1	4,5	0	4,5	2,7	0,0	2,7
ESTADO/CS T	-	-	6,6	6,9	0,3	6,62	6,3	0	6,3	6,5	0,0	6,5
ESTADO/EMPRESAS	-	-	10,2	8,1	0,0	8,1	7,8	0	7,8	7,7	0,0	7,7
OUTROS	-	-	11,8	11,4	0,0	11,4	11,5	0	11,5	11,4	0,0	11,4
ENCARGOS SALARIAIS	-	-	6,1	6,2	0,0	6,2	5,8	0	5,8	5,2	0,0	5,2
DIFERENCIAL de preço (	-	-	34,1	34,1	0,0	34,1	37,1	0	37,1	36,3	0,0	36,3
Edifício de S.Tribunal de	-	-	0,6	0,6	0,0	0,6	0,8	0	0,8	0,9	0,0	0,9
Edifício do Tribunal de C	-	-	0,8	0,8	0,0	0,8	0,8	0	0,8	0,8	0,0	0,8
<b>BILHETES DO TESOUR</b>	<b>17</b>	<b>19,5</b>	<b>29,4</b>	<b>24,1</b>	<b>10,2</b>	<b>13,9</b>	<b>28,6</b>	<b>28,6</b>	<b>0,0</b>	<b>29,6</b>	<b>29,6</b>	<b>0,0</b>
<b>IL PASSIVOS CONTINGENTES</b>			<b>113,1</b>	<b>110,5</b>	<b>110,5</b>	<b>0</b>	<b>159,4</b>	<b>159,4</b>	<b>0,0</b>	<b>159,7</b>	<b>159,7</b>	<b>0,0</b>
<b>TOTAL GERAL DA DÍVIDA incl. PASSIVO!</b>	<b>500,7</b>	<b>495,0</b>	<b>500,7</b>	<b>495,0</b>	<b>312,9</b>	<b>182,2</b>	<b>562,2</b>	<b>391,5</b>	<b>170,8</b>	<b>560,2</b>	<b>392,3</b>	<b>167,8</b>
TX.C. venda: 29/09/2020		1USD= STD .....				20,8708						

Fonte: GDP/DT- MPFEA

## I.1.6. Principais Saldos Orçamentais

### I.1.10.1. Saldo Corrente

Este saldo obtém-se, pela diferença entre as Receitas Correntes e as Despesas de Funcionamento. Conforme apresentado no Quadro 11, verifica-se que no período em análise registou-se um saldo corrente base compromisso negativo de 491.358 milhares de Dobras, contra o deficit de 163.875 milhares de Dobras, apurado no mesmo período do ano 2019, o que corresponde a um agravamento de 327.483 milhares de Dobras. Desta forma conclui-se que as receitas correntes foram insuficientes para cobrir as despesas de funcionamento, fruto de baixa arrecadação das receitas.

**Quadro 11: Principais Saldos Orçamentais até Setembro de 2020**

(em milhares de Dobras)

Saldos	Real 2018	OGE 2019	Jan - Set. 2019	OGE - RET 2020	Jan - Set. 2020	% Exec.	% V.H.	% PIB
Saldo Corrente	- 107 876	- 207 372	- 163 875	-576 679	-491 358	85,2	199,8	-5,5
Saldo Corr. excl. receitas petróleo	- 319 894	- 236 011	- 227 230	-581 778	-514 340	88,4	126,4	-5,8
Saldo Primário Doméstico	- 270 880	- 191 067	- 159 964	-561 914	-286 693	51,0	79,2	-3,2
Saldo Global	- 62 219	- 200 074	- 52 861	-441 568	-427 593	96,8	708,9	-4,8

Fonte: TOFE - DCP/DT-MPFEA

### I.1.10.2. Saldo Primário

O Saldo primário, por seu turno, é o principal indicador de gestão das finanças públicas. Representa a diferença entre as receitas correntes (excluindo rendimentos provenientes de petróleo) e despesas primárias. Este saldo diz-nos em que medida as receitas internas arrecadadas pelo Estado são suficientes para cobrir as despesas primárias num determinado período, ou seja, verifica se o Estado sobrevive com o que arrecada. Deste modo, a execução orçamental que cobre o período de Janeiro a Setembro do corrente ano registou um saldo primário base compromisso deficitário de 286.693 milhares de Dobras, contra 159.964 milhares de Dobras, também deficitário, registado em igual período de 2019 (ver Quadro 11). Este nível de défice equivale a 3,2% do PIB estimado para o ano. É importante relembrar que a meta do saldo primário inicialmente programado para o presente exercício económico é de 6,3% do PIB, no OGE 2020 Rectificativo.

### I.1.10.3. Saldo Global

O saldo global representa a diferença entre as Receitas Efectivas e Despesas Totais, depois de deduzidas as variações dos atrasados num determinado período. Conforme as informações apresentadas através do Quadro 11, apurou-se no período compreendido de Janeiro a Setembro de 2020, um saldo global base caixa negativo de 427.593 milhares de Dobras, contra os 52.861 milhares de Dobras negativo, registados no igual período de ano transacto.

## I.1.7. Financiamento do Défice Global

### I.1.11.1. Financiamento Interno

Até o final do terceiro trimestre de 2020, apurou-se um saldo global de 427.593 milhares de Dobras, que corresponde a uma execução de 96,8% em relação a programação para o ano, e um aumento de 708,9% do que foi mobilizado no mesmo período do ano transacto.

Este resultado do deficit global registado, deve-se ao baixo nível de arrecadação das receitas e consequente pressão do lado das despesas, bem como outros compromissos assumidos, permitiram que se utilizasse a emissão de BT (Bilhete de Tesouro), como uma das fontes de financiamento interno. Assim, destaca-se o desembolso Líquido do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) relativos a emissão de Bilhetes de Tesouro (BT), que permitiu a mobilização de recursos próprios, em termos líquidos de 32.524 milhares de Dobras, para cobrir o BT que ia vencer, em conformidade com a Norma de Aplicação Permanente do BCSTP – NAP 14/2015 e o Decreto-lei n.º 2/2014, de 27 de Fevereiro, que aprova o Regime Jurídico do BT. Salienta-se que também como financiamento interno foram utilizados 84.046 milhares de Dobras provenientes da CNP (20% do saldo anual da NOA OFFSHORE).

**Quadro 12: Resumo do Financiamento do Défice Global**

(em milhares de Dobras)

Itens	Real 2018	OGE 2019	Jan - Set. 2019	OGE - RET 2020	Jan - Set. 2020	% Exec.	% V.H.	% PIB
<b>FINANCIAMENTO</b>	62 219	200 074	52 861	441 568	427 593	96,8	708,9	4,8
Financiamento Interno <i>dos quais</i>	45 362	82 875	86 882	85 546	84 122	98,3	-3,2	0,9
<i>Receitas de Alienação</i>	116	2 008	889	1 500	76	5,1	-91,5	0,0
<i>Transferências CNP</i>	45 246	80 867	85 993	84 046	84 046	100,0	-2,3	0,9
Financiamento Externo <i>dos quais</i>	132 849	117 199	85 683	356 022	368 361	103,5	329,9	4,1
<i>Desembolsos para Projectos</i>	132 849	117 199	85 683	356 022	368 361	103,5	329,9	4,1
Mov. Contas do Tesouro	104 317	-	- 234 631	-	- 281 086	...	19,8	-3,1
BCSTP Líquido	40 584	-	89 779	-	- 32 524	...	-136,2	-0,4
Contas de Regularização	- 14 995	-	-	-	-	...	...	0,0
NOA OFFSHORE	-212 019	-	- 63 355	-	- 22 982	...	-63,7	-0,3
Discrepância Financeira (Saldo a tr -	33 881	-	88 504	-	311 702	...	252,2	3,5

Fonte: TOFE - DCP/DT-MPFEA

### I.1.11.2. Financiamento Externo

No decorrer dos primeiros 9 meses de 2020, o Financiamento Externo, teve uma execução de 368.361 milhares de Dobras, equivalente a 103,5% do programado e um acréscimo de 329,9% do que foi registado no igual período de 2019, proveniente de desembolsos para projectos do FMI – ECF\_2019, créditos (necessariamente concessionais, conforme acordado no programa de ajustamento mantido com os parceiros de Bretton Woods) para financiamento de despesas de investimentos inscritas no PIP.

# Parte II:

## ANÁLISE SEGUNDO AS CLASSIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS

---



**Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul**  
**Direcção de Contabilidade Pública**

---

[financas.gov.st](http://financas.gov.st)

## PARTE II: ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

### II.1. Análise da Execução Orçamental

#### II.1.1. Por Classificação Orgânica

Os resultados da execução orçamental das despesas por classificação orgânica no terceiro trimestre de 2020, conforme apresentado no Quadro 13, reflectem um nível de execução acima do programado para o período em análise, sendo os órgãos mais proeminentes, o Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJAPDH) com 111,5% da dotação final, correspondente a 66.516 milhares de Dobras, a seguir o Tribunal Constitucional (TCO), com 93,4% da dotação final, correspondente a 5.179 milhares de Dobras, seguidamente da Presidência da República (PR), com 90,7% da dotação final, o correspondente a 11.702 milhares de Dobras, depois o Encargos Gerais de Estado (EGE), que apresentou um registo de 89,1% da dotação corrigida, correspondente a 536.416 milhares de Dobras, seguido da Câmara Distrital de Água - Grande (CDAG), com 86,7% da dotação final, correspondente a 13.981 milhares de Dobras, posteriormente do Ministério de Defesa e Ordem Interna (MDOI), com 86,5% da dotação final, correspondente a 217.610 milhares de Dobras, depois a Câmara Distrital de Lembá (CDLMB), com 86,1% da dotação inicial, correspondente a 6.852 milhares de Dobras, dando continuidade a Câmara Distrital de Caué (CDC), com 81,7% da dotação final, correspondente a 6.025 milhares de Dobras, seguidamente da Câmara Distrital de Lobata (CDLOBT), com 81,3% da dotação final, correspondente a 9.449 milhares de Dobras e por último, Tribunal Judicial (TJ), com 76,8% da dotação final, correspondente a 25.188 milhares de Dobras.

Entretanto, para o baixo nível de execução apresentado, este deve-se por um lado, a contida mobilização de recursos externos, tanto na sua vertente de donativo como de crédito, para implementação das acções inscritas no programa de investimentos público, e por outro, pela inoportunidade na disponibilização das informações da execução dos projectos financiados e executados directamente pelos parceiros de desenvolvimento, que normalmente só chegam no final do ano.

**Quadro 13: Execução por Classificação Orgânica**

(em milhares de Dobras)

Órgãos	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Desp. Cabimentada	Desp. Liquidada	Desp. Paga	% Exec.	% Estr
A N	130 877	97 376	50 725	50 225	50 225	51,6	2,4
TC	38 789	28 761	19 232	19 232	19 232	66,9	0,9
TCO	5 200	5 542	5 179	5 179	5 179	93,4	0,2
TJ	43 778	32 778	25 258	25 188	25 188	76,8	1,2
PR	14 667	12 900	11 772	11 702	10 841	90,7	0,6
GPM	58 678	60 246	29 161	29 161	26 539	48,4	1,4
PGR	25 095	23 111	13 164	13 164	12 523	57,0	0,6
MDOI	222 215	251 561	217 610	217 610	204 246	86,5	10,5
MNEC	157 461	123 790	58 771	55 688	54 907	45,0	2,7
MJAPDH	60 951	59 668	66 520	66 516	64 240	111,5	3,2
MTSFFP	60 609	129 171	14 663	14 663	13 043	11,4	0,7
MPFEA	177 991	191 852	85 857	85 787	81 084	44,7	4,1
MTCCI	39 815	33 826	15 278	15 278	13 116	45,2	0,7
MEES	538 929	602 779	328 442	328 376	318 553	54,5	15,8
MOPIRNA	533 152	461 841	210 932	210 932	207 768	45,7	10,2
MS	401 337	463 716	223 024	223 018	213 593	48,1	10,7
MJDE	61 730	48 680	13 826	13 826	13 260	28,4	0,7
MAPDR	188 706	126 020	37 159	37 152	34 320	29,5	1,8
GRP	122 175	143 574	66 074	66 060	66 060	46,0	3,2
CDAG	16 123	16 123	13 981	13 981	13 981	86,7	0,7
CDCG	8 325	12 325	7 035	7 035	7 035	57,1	0,3
CDCAUE	6 375	7 375	6 025	6 025	6 025	81,7	0,3
CDLMB	7 933	7 959	6 852	6 852	6 852	86,1	0,3
CDLOBTA	11 620	11 620	9 449	9 449	9 449	81,3	0,5
MDMZ	11 519	13 019	9 366	9 366	9 366	71,9	0,5
EGE	487 815	601 756	536 454	536 416	475 305	89,1	25,8
<b>Total Geral</b>	<b>3 431 865</b>	<b>3 567 369</b>	<b>2 081 808</b>	<b>2 077 880</b>	<b>1 961 930</b>	<b>58,2</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DCP-MPFEA

Entretanto, na estrutura das despesas totais (2.077.880 milhares de Dobras), verifica-se que 73,0% do executado encontra-se concentrado em cinco órgãos, nomeadamente:

- O EGE com 25,8%, onde se destaca a execução das acções “2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades”, “2422 - Apoio à Elaboração do Orçamento”, “2424 – Pagamento da Dívida Pública”, “6043 – Regularização das despesas atrasadas de serviço de comunicação”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “2456 – Amortização da Divida Pública”, “5512 - Manutenção, Limpeza e Saneamento de Canais” e “6607 – Prevenção ao Covid 19”;
- MEES (15,8%), devido a execução das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “1046 - Missões no Exterior”, “1054 - Meio de Apoio ao Ensino”, “1058 - Restauração de Móveis Escolares”, “2000 – Funcionamento e manutenção da Unidade”, “3840 – Bolsas externas (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento)”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “5768 – Construção do Liceu”, “6587 – Funcionamento da faculdade de Ciência e Tecnologia” e “4982 – Construção de Jardim de Infância em Ribeira Peixe”;

- No MS com 10,7%, devido a execução das acções “1001 - Despesa Com Pessoal”, “1046 - Missões no Exterior”, “2000 – Funcionamento e manutenção da Unidade”, “2057 - Saúde Reprodutiva”, “3376 – Despesas ao abrigo das Despesas Consignadas”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde” e “2478 – Aquisição de reagentes e consumíveis para sistema sanitário”.
- O MDOI com 10,5%, devido a execução das actividades “1001 - Despesa com Pessoal”, “1046 - Missões no Exterior”, “1048 - Formação de Oficiais e Sargentos de Quadro Permanente”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2569 – Subsídios as Autoridades Públicas” e “3376 – Despesas ao abrigo das receitas Consignadas”, e por último;
- No MOPIRNA com 10,2%, devido a execução das actividades “2000 – Funcionamento e manutenção da Unidade”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2946 - Reabilitação de Trocos de Estradas”, “5355 – Transferências correntes para IMAP”, “3129 – Estudos p/Construção de Arruamento de Campo de Milho”, “3151 – Reabilitação das Pontes sobre o Rio Água Grande”, “3945 - Reabilitação de Troços Cruz Mami e Arruamentos (0,7km)”, “4820 - Manutenção da Central Eléctrica”, “5347 - Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água - Rio Manuel Jorge”, “5531 - Requalificação/Lote Conde/Micoló/Fernão Dias”, “5974 – Construção de Estrada Penha -Lixeira /Água Porca”, “5976 – Reabilitação de Troço de Estrada Guadalupe/Morro - Peixe”, “6277 - Reabilitação do Edifício Laboratório da Engenharia Civil”, “6296 - Requalificação dos Arruamentos da Cidade Capital e Arredores Incl Drenagem”;

### II.1.2. Por Classificação Funcional

Neste ponto, a análise da execução das despesas por classificação funcional, referente ao terceiro trimestre de 2020, conforme apresentado no Quadro 14, observa-se que do conjunto das funções apresentadas, destaca-se as execuções ocorridas em Serviços Públicos Gerais que ascendeu a 827.879 milhares de Dobras, correspondendo a 73,6% da dotação corrigida, na função Educação, a execução foi de 323.654 milhares de Dobras, o que corresponde a 54,8% da sua dotação final, na área de Saúde com nível de realização de 49,7% da dotação corrigida, ascendendo a 227.376 milhares de Dobras, Defesa Nacional com o nível de execução de 84,6% da dotação corrigida, ascendendo a 192.292 milhares de Dobras, para os Encargos Financeiros o montante ascendeu a 157.068 milhares de Dobras, correspondendo a 83,9% da dotação corrigida, a função Transportes e Comunicações com um nível de realização de 51,0% da dotação corrigida, equivalendo a 136.880 milhares de Dobras e finalmente Segurança e Assistência Social, onde a execução foi de 103.695 milhares de Dobras, o que corresponde a 37,6% da sua dotação final.

Ainda a respeito da execução das despesas por classificação funcional é de salientar que um número considerável das funções apresentou um nível de execução muito baixo, em relação as respectivas dotações

corrigidas, destacando-se Ambiente (12,3%), Combustíveis e Energia (21,9%), Habitação e Serviços Comunitários (25,2%), Agricultura e Pesca (27,0%) e por último, Cultura e Desporto (28,4%).

#### Quadro 14: Execução por Classificação Funcional

(em milhares de Dobras)

Função	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Desp. Cabimentada	Desp. Liquidada	Desp. Paga	% Exec.	% Estr
Serviços Públicos Gerais	1 215 804	1 124 478	831 724	827 879	736 841	73,6	39,8
Defesa Nacional	195 473	227 271	192 292	192 292	192 292	84,6	9,3
Segurança Interna e Ordem Pública	25 698	30 287	12 235	12 231	12 231	40,4	0,6
Educação	530 959	590 916	323 720	323 654	313 831	54,8	15,6
Saúde	378 379	457 940	227 383	227 376	217 956	49,7	10,9
Segurança e Assistência Social	74 467	275 686	103 695	103 695	99 350	37,6	5,0
Habitação e Serviços Comunitários	49 807	46 979	11 834	11 834	11 834	25,2	0,6
Cultura e Desporto	64 757	49 055	13 948	13 948	13 382	28,4	0,7
Combustíveis e Energia	119 422	132 309	29 032	29 032	29 032	21,9	1,4
Agricultura e Pesca	183 497	123 607	33 382	33 375	33 375	27,0	1,6
Transporte e Comunicações	367 653	268 590	136 880	136 880	136 126	51,0	6,6
Comércio e Serviços	809	4 809	5 496	5 496	5 496	114,3	0,3
Trabalho	3 058	1 534	2 792	2 792	2 789	182,0	0,1
Ambiente	3 212	2 642	325	325	325	12,3	0,0
Outros Serviços Económicos	-	44 000	-	-	-	-	0,0
Encargos Financeiros	218 869	187 266	157 068	157 068	157 068	83,9	7,6
<b>Total Geral</b>	<b>3 431 865</b>	<b>3 567 369</b>	<b>2 081 808</b>	<b>2 077 880</b>	<b>1 961 930</b>	<b>58,2</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DCP-MPFEA

Focalizando na estrutura das despesas totais, observa-se maior concentração nos *Serviços Públicos Gerais* (39,8%) devido sobretudo a execução das acções como "1001 – Despesas com Pessoal", "1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República", "1046 - Missões no Exterior", "1114 - Transferência para Funcionamento do Tribunal de Contas", "2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade", "2002 - Manutenção e Funcionamento das Embaixadas", "2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades", "2402 – Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe - RAP", "2407 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Mé-Zochi", "2422 - Apoio à Elaboração do Orçamento", "2424 – Pagamento da Dívida Pública", "6043 – Regularização das despesas atrasadas de serviços de telecomunicações", "6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível", "2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional", "3176 - Transferência para Funcionamento do Órgão de Recurso", "3178 -Transferência para Funcionamento dos Tribunais", "3376 – Despesas ao abrigo das receitas Consignadas", "3611 - Aquisição de Viaturas", "4825 - Aquisição de aparelhos AC e equip. Informáticos e escritório", "2162 – Conclusão de Obras de Construção de Quiosques no Mercado Novo", "5380 - Aquisição de Meios para Ministério Público", "5512 - Manutenção, Limpeza e Saneamento de Canais", "5371 - Aquisição de Links de Transmissão RNSTP/TVS", "6277 - Reabilitação do Edifício Laboratório da Engenharia Civil" e "6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional".

Na *Educação* (15,6%) foi principalmente pela execução das acções "1001 - Despesa com Pessoal", "1046 - Missões no Exterior", "1054 - Meio de Apoio ao Ensino", "1058 - Restauração de Móveis Escolares", "2000 –

Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “3840 – Bolsas de Estudo Externa (Licenciatura, Mestrado e Doutorado)”, “4982 - Construção de Jardim de Infância na Ribeira Peixe”, “5768 – Construção de Liceu”, “6462 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6587 – Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “6615 - Escola Comunitária” e “3376 - Despesas ao abrigo das Despesas Consignadas”. Na função *Saúde* (10,9%) pela execução, sobretudo das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “1046 - Missões no Exterior”, “2000 – Funcionamento e manutenção da Unidade”, “2057 - Saúde Reprodutiva”, “5370 - Evacuação dos Doentes da RAP”, “3376 - Despesas ao abrigo das Despesas Consignadas”, “2478 – Aquisição de reagentes e consumíveis para sistema sanitário” e “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”; na Defesa Nacional (9,3%) pela execução, principalmente das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “1048 - Formação de Oficiais e Sargentos de Quadro Permanente”, “3376 – Despesas ao abrigo das receitas consignadas”, “2000 – Funcionamento e manutenção da Unidade”, “2569 – Subsídios as Autoridades Públicas” e “1053 – Capacitação do Pessoal”, e por último Encargos Financeiros (7,6%) pela execução das acções “2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água Grande”, “2405 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Água Grande”, “2408 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Cantagalo”, “2410 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lobata”, “2413 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Lembá”, “2415 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Caué”, “2456 - Amortização da Dívida Pública” e “5647 - Construção de via de acesso de Bairro de Água Tomá”.

### II.1.3. Por Localização Geográfica

No cômputo da análise da execução das despesas, segundo a localização geográfica (ver Quadro 15), observa-se que, com excepção de Lobata, cujo nível de execução ficou acima do programado em 83,3% da dotação corrigida, ascendendo a 44.207 milhares de Dobras, as demais localizações apresentaram níveis de execução moderado, como são os casos de Nacional com montante executado de 1.869.006 milhares de Dobras, o que corresponde a 60,2% da sua dotação final; seguido da Água – Grande onde a execução foi de 41.412 milhares de Dobras, o equivalente a 58,6% da sua dotação corrigida; depois Lembá, cujo montante executado ascendeu a 9.295 milhares de Dobras, correspondente a 52,2% da dotação corrigida; em Caué o nível de execução foi de 47,8% da dotação corrigida, tendo o valor executado ascendido a 7.221 milhares de Dobras, e por último, Príncipe em que o montante executado foi de 67.222 milhares de Dobras, o que representa 44,9% da sua dotação final. Também foi observado que a localização como Mé – Zochi teve um nível de execução mais baixo com um montante de 11.166 milhares de Dobras, correspondente a 28,6% da dotação corrigida; seguido de Cantagalo com uma execução de 12.952 milhares de Dobras, correspondente a 26,7% da dotação corrigida, e no fim a localização São Tomé com nível de execução no montante de 15.398 milhares de Dobras, correspondente a 23,1% da dotação corrigida.

**Quadro 15: Execução por Localização Geográfica**

(em milhares de Dobras)

Localização Geográfica	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Desp. Cabimentada	Desp. Liquidada	Desp. Paga	% Exec.	% Estr
Nacional	2 977 701	3 106 998	1 872 921	1 869 006	1 753 056	60,2	89,9
São Tomé	64 334	66 530	15 398	15 398	15 398	23,1	0,7
Príncipe	127 363	149 678	67 236	67 222	67 222	44,9	3,2
Água Grande	106 329	70 637	41 412	41 412	41 412	58,6	2,0
Mé-Zochi	35 727	39 027	11 166	11 166	11 166	28,6	0,5
Cantagalo	45 975	48 490	12 952	12 952	12 952	26,7	0,6
Lembá	23 378	17 798	9 295	9 295	9 295	52,2	0,4
Lobata	35 870	53 094	44 207	44 207	44 207	83,3	2,1
Caué	15 187	15 117	7 221	7 221	7 221	47,8	0,3
<b>Total Geral</b>	<b>3 431 865</b>	<b>3 567 369</b>	<b>2 081 808</b>	<b>2 077 880</b>	<b>1 961 930</b>	<b>58,2</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DCP-MPFEA

Em termos de estrutura do total executado, tendo em consideração o critério da regionalização das despesas (cf. Quadro 15), constata-se que 97,8% das despesas encontram-se concentradas no conjunto formado por Nacional, Príncipe, Lobata e Água – Grande. Entretanto, a localização Nacional por si só representa 89,9% do total das despesas executadas, tendo contribuído para o efeito a execução das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “1005 – Transferência para funcionamento da Presidência da República”, “1046 – Missões no exterior”, “1048 - Formação de Oficiais e Sargentos de Quadro Permanente”, “1054 - Meio de Apoio ao Ensino”, “1056 - Manutenção de Transportes Escolar”, “1058 - Restauração de Móveis Escolares”, “2000 - Funcionamento e manutenção da Unidade”, “2057 - Saúde Reprodutiva”, “2307 – Complemento para manutenção e funcionamento das Unidades”, “2422 - Apoio à Elaboração do Orçamento”, “2424 – Pagamento da Dívida Pública”, “3176 - Transferência para Funcionamento do Órgão de Recurso”, “3129 - Estudos p/Construção de Arruamento de Campo de Milho”, “3611 - Aquisição de Viaturas”, “3840 – Bolsas de Estudo externa para Licenciaturas, Mestrados e Doutoramento”, “5355 - Transferência Correntes para IMAP”, “6043 – Regularização das despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicações”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional”, “6587 – Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “3376 – Despesas ao abrigo das receitas Consignadas”, “6607 – Prevenção ao Covid 19”, “2456 – Amortização da Dívida Pública”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “1089 - Apoio às ONGs Parceiras da Acção Social”, “5380 - Aquisição de Meios para Ministério Público”, “2162 – Conclusão das Obras de Quiosques no Novo Mercado”, “2799 – Requalificação do Troço de Estrada EN1”, “2478 – Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário”, “2946 - Reabilitação de Troços de Estradas”, “3882 - Programa de Extensão Rural”, “4825 - Aquisição de aparelhos AC e equip. informáticos e escritório”, “4993 - Subsídio para Comemoração de 3 de Fevereiro”, “5268 - Programa de Reforço das Capac. Melhorias Func. dos Serviços”, “5371 - Aquisição de Links de Transmissão RNSTP/TVS”, “5974 – Construção de Estrada Rio Lima - Gleba / Capela”, “6296 – Requalificação do Arruamento da Cidade Capital e Arredores incluindo Drenagem”, “6067 – Melhorias de Polidesportivo (Balneários e Bancadas)”, “6277 - Reabilitação do Edifício Laboratório da

Engenharia Civil”, “6350 - Conclusão das Obras de Construção da Sede dos Taxistas em Palmar”, “6460 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6498 - Reabilitação das Infraestruturas do MAPDR”, “6550 - Participação de STP nos Jogos Olímpicos de Tóquio-2020” e “6615 - Escola Comunitária”.

Ao nível do Príncipe, esta representa 3,2% na estrutura das despesas executadas, tendo sido impulsionado pela execução das acções “2402 - Transferência corrente para RAP”, “3159 – Abastecimento de Água Potável às Populações” e “5370 – Evacuação dos doentes da RAP”. Quanto ao nível do Lobata a execução corresponde a 2,1% do total, onde a contribuição observada deveu-se fundamentalmente pela execução das acções “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “5531 – Reparação do Lote/Conde/Micoló/Fernão Dias”, “5768 – Construção do Liceu”, “2410 -Transferência Corrente para Câmara Distrital de Lobata”, “2411 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Lobata”, “3376 – Despesas ao abrigo das receitas Consignadas” e “5976 – Reabilitação do troço de estrada Guadalupe - Morro Peixe”. No que toca a localização Água – Grande, a contribuição na execução foi de 2,0% na estrutura das despesas executadas, devendo essencialmente pela execução das acções “2405 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Água Grande”, “3945 - Reabilitação de Troços Cruz Mami e Arruamentos (0,7km)”, “4849 - Reabilitação/Construção de Estrada Sporting/Potó-Potó”, “5512 - Manutenção, Limpeza e Saneamento de Canais” e “2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água Grande”.

#### **II.1.4. Por Fonte de Recursos**

No que se refere à análise da execução das despesas por fonte de recursos, conforme apresentado no Quadro 16, observa-se que as despesas financiadas com recursos internos situaram-se em 79,0% da dotação corrigida, ascendendo aos 1.745.211 milhares de Dobras, sendo que a componente Recursos Ordinários do Tesouro apresentou um bom desempenho para o período em análise, com uma realização de 78,3%, face a sua dotação corrigida, tendo o valor executado atingido a 1.621.924 milhares de Dobras, a seguir a componente consignados, com uma realização de 115.417 milhares de Dobras (99,7% da dotação corrigida) e por último a componente HIPC com uma execução de 7.870 milhares de Dobras, representando deste modo 36,6% da dotação final.

Relativamente às despesas efectuadas com recursos externos, dispuseram em 24,5% da dotação corrigida, ascendendo aos 332.670 milhares de Dobras, sendo que a componente Donativo teve uma realização de 28,0% relativamente a dotação corrigida, elevando-se ao montante de 332.670 milhares de Dobras, fruto de uma baixa realização das acções inscritas na referida componente desta fonte de recurso.

**Quadro 16: Execução por Fonte de Recursos**  
(em milhares de Dobras)

Fonte de Recurso	Inicial	Corrigida	Cabimentada	Liquidada	Paga	% Estr.	% Estr
<b>Financiamento Interno</b>	<b>1 950 741</b>	<b>2 209 657</b>	<b>1 749 139</b>	<b>1 745 211</b>	<b>1 629 260</b>	<b>79,0</b>	<b>84,0</b>
Tesouro	1 827 732	2 072 405	1 625 814	1 621 924	1 505 973	78,3	92,9
Consignados	99 793	115 746	115 455	115 417	115 417	99,7	6,6
HIPC	23 216	21 505	7 870	7 870	7 870	36,6	0,5
<b>Financiamento Externo</b>	<b>1 481 124</b>	<b>1 357 712</b>	<b>332 670</b>	<b>332 670</b>	<b>332 670</b>	<b>24,5</b>	<b>16,0</b>
Donativo	1 373 726	1 187 375	332 670	332 670	332 670	28,0	100,0
Empréstimo	107 398	170 337	-	-	-	0,0	0,0
<b>Total Geral</b>	<b>3 431 865</b>	<b>3 567 369</b>	<b>2 081 808</b>	<b>2 077 880</b>	<b>1 961 930</b>	<b>58,2</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DCP-MPFEA

Examinando o Quadro 16, observa-se que 84,0% das despesas executadas foram financiadas com recursos internos, sendo na sua maioria os recursos do Tesouro com 92,9% de contribuição, destacando-se a execução das ações “1001 – Despesas com Pessoal”, “1005 -Transferência para Funcionamento da Presidência da República”, “1046 – Missões no exterior”, “1058 - Restauração de Móveis Escolares”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2057 - Saúde Reprodutiva”, “2307 - Complemento p/ Manutenção e Funcionamento das Unidades”, “2312 - Subsídio para Comemoração de 12 de Julho”, “2402 - Transferência Corrente para a Região Autónoma de Príncipe - RAP”, “2410 -Transferência Corrente para Câmara Distrital de Lobata”, “2412 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lembá”, “2414 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Caué”, “2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional”, “2422 - Apoio à Elaboração do Orçamento”, “2424 - Pagamento da Dívida Pública”, “2887 - Transferência para Funcionamento do Instituto de Inovação e Conhecimento”, “3176 - Transferência para Funcionamento do Órgão de Recurso”, “3178 - Transferência para Funcionamento dos Tribunais”, “3840 – Bolsas de Estudo Externas (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento)”, “5355 - Transferência Correntes para IMAP”, “5370 - Evacuação dos Doentes da RAP”, “5811 - Plano Nacional de Ordenamento de Território”, “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional”, “6587 – Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “6607 - Prevenção ao COVID 19”, “2456 - Amortização da Dívida Pública” e “4993 - Subsídio para Comemoração de 3 de Fevereiro”.

Quanto a análise das despesas financiadas com recursos externos, dos 16,0% das despesas executadas com esses recursos, verifica - se que a componente Donativo abarcou a totalidade das despesas a nível de estrutura, com destaque para a execução das ações “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2200 - Apoio Institucional ao M.N.E.C.C.”, “2405 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Água - Grande”, “2411 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Lobata”, “2413 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Lembá”, “2415 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Caué”, “2478 - Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário”, “2946 - Reabilitação de Troços de Estradas”, “3129 – Estudos p/Construção de Arruamento de Campo de Milho”, “3151 - Reabilitação das Pontes sobre o Rio Água Grande”, “3159 – Abastecimento de Água Potável às Populações”, “3611 - Aquisição de Viaturas”, “3882 - Programa de Extensão Rural”, “3945 - Reabilitação de Troços Cruz Mami e Arruamentos (0,7km)”, “4825 – Aquisição de aparelhos AC e equip. informáticos e escritório”, “5268 - Programa de Reforço das Capac. Melhoria Func. Dos Serviços”, “5347 -

Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água - Rio Manuel Jorge”, “5371 - Aquisição de Links de Transmissão RNSTP/TVS”, “5531 - Requalificação/Lote Conde/Micoló/Fernão Dias”, “5647 - Construção De Via de acesso de Bairro de Água Tomá”, “5768 – Construção do Liceu”, “5380 - Aquisição de Meios para Ministério Público”, “5974 – Construção de Estrada Penha -Lixeira /Água Porca”, “5976 – Reabilitação de Troço de Estrada Guadalupe/Morro -Peixe”, “5983 - Construção de Estrada que Liga Ôque-del-Rei/Boa Morte”, “6067 - Melhoria de Polidesportivo (Balneários e Bancadas) ”, “6296 - Requalificação dos Arruamento da Cidade Capital e Arredores Incl Drenagem”, “6460 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6498 - Reabilitação das Infraestruturas do MAPDR”, “6550 - Participação de STP nos Jogos Olímpicos de Tóquio-2020” e “6615 - Escola Comunitária”.

### II.1.5. Por Tipologia de Despesas

A análise da execução das despesas por tipologia no terceiro trimestre de 2020, conforme o Quadro 17, mostra que as despesas Consignadas e Actividades (correspondem as despesas de funcionamento) tiveram uma execução acima da dotação corrigida (cerca de 102,3% e 80,8%), sendo por parte das consignadas, justificada pela incorporação de despesas de diversos serviços da Administração Central do Estado que se encontram nos Bancos Comerciais, como anteriormente mencionado na Apreciação Global. Entretanto, a tipologia da despesa Operações Especiais (relativas a Amortização da Dívida Pública, ou seja, correspondem as despesas financeiras que constam no TOFE), teve também a execução acima para o período em análise, face à respectiva dotação corrigida, com respectivamente 87,4%.

De salientar, que a execução na tipologia de Projectos, cuja execução representam exclusivamente as despesas de índole corrente de natureza contínua, consta uma execução mais modesta, atingindo 349.670 milhares de Dobras, o que representa 23,8% da dotação corrigida que reflectem as despesas relativamente com: Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde, com 13.984 milhares de Dobras, Pagamento de Quotas aos Organismos Internacionais, com 2.594 milhares de Dobras, Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado, com 29.155 milhares de Dobras, Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário, com 14.780 milhares de Dobras, Reabilitação de Troços de Estradas, com 10.288 milhares de Dobras, Reabilitação das Pontes sobre o Rio Água - Grande, com 15.924 milhares de Dobras, Abastecimento de Água Potável às Populações, com 4.000 milhares de Dobras, Extensão e Requalificação de Rede Eléctrica, com 5.500 milhares de Dobras, Construção do Liceu, com 11.170 milhares de Dobras, Programa de Melhoria do Sistema de Saneamento em STP, com 5.073 milhares de Dobras e Requalificação dos Arruamento da Cidade Capital e Arredores Incl Drenagem, com 20.105 milhares de Dobras.

### Quadro 17: Execução por Tipologia Despesas

(em milhares de Dobras)

Tipologia da Despesa	Inicial	Corrigida	Cabimentada	Liquidada	Paga	% Estr.	% Estr
Actividades	1 646 112	1 861 736	1 507 509	1 503 619	1 387 668	80,8	72,4
Consignadas	96 823	112 776	115 455	115 417	115 417	102,3	5,6
Operações Especiais	161 602	124 973	109 175	109 175	109 175	87,4	5,3
Projectos	1 527 328	1 467 882	349 670	349 670	349 670	23,8	16,8
<b>Total Geral</b>	<b>3 431 865</b>	<b>3 567 369</b>	<b>2 081 808</b>	<b>2 077 880</b>	<b>1 961 930</b>	<b>58,2</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DCP-MPFEA

Em termos de estrutura das despesas totais (1.503.619 milhares de Dobras), o destaque recai na tipologia de despesa Actividades que representa por si só 72,4% do total executado no ano em apreço e em seguida a tipologia Projectos com uma contribuição cifrada em 16,8% do total executado no mesmo período do ano.

## II.2. Alterações Orçamentais

O presente ponto vem no cumprimento do estabelecido no n.º 5 do artigo 16.º da Lei n.º 1/2020, de 17 de Janeiro (Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado para o ano 2020), que obriga o Governo a prestar semestralmente a Assembleia Nacional, as informações relativas as alterações orçamentais ocorridas ao longo da execução orçamental, bem como as suas respectivas justificações. Assim, apresenta-se a análise das alterações orçamentais segundo as classificações: orgânica, funcional, por localização geográfica, por fontes de recursos e por tipologia de despesas.

Por conseguinte, a Lei n.º 1/2020, de 17 de Janeiro, no seu artigo n.º 16 coadjuvado com o artigo n.º 35 da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro estabelece o perímetro das alterações orçamentais para o ano 2020. Para além desses articulados, o n.º 1 do artigo 9.º da Lei que aprova o Orçamento do Estado para presente ano concede ao Governo, através do MPFEA, a prerrogativa de quando necessário, tomar medidas necessárias à rigorosa contenção de despesas públicas e ao controlo da sua eficiência e eficácia, de modo a atingir o saldo primário previsto.

É desta forma que atendendo o ritmo de arrecadação de receitas observadas ter permanecido aquém do esperado, levando a revisão em baixa das estimativas de receitas para 2020, foram tomadas medidas de contenção das despesas de modo a permitir o cumprimento do saldo primário previsto, evitando a deterioração dos indicadores macroeconómicos, reflectidos no programa apoiado pelo FMI.

Assim, através do Despacho n.º 24/2018, de 13 de Abril, do Gabinete do MPFEA determinou-se que (i) as dotações orçamentais destinadas às aquisições de bens e serviços são bloqueadas em 30,0% e, restringido as despesas somente ao nível dos consumíveis estritamente indispensáveis a manutenção dos serviços; (ii) as transferências orçamentais destinadas aos Serviços e Fundos Autónomos, ao Governo Regional e Local, são mantidas ao nível do montante executado no ano anterior e, (iii) no âmbito do programa de investimentos públicos, fica suspensa a execução de projectos dotados com financiamento interno, que concorrem para a deterioração do saldo primário.

No cômputo geral, a diferença entre a dotação inicial e a dotação final, no montante de 135.504 milhares de Dobras, correspondente a um acréscimo de 3,9%, é justificado, por um lado, pelo Bloqueio de Dotação ocorridos ao nível das despesas de funcionamento (actividades) e por outro, pela dotação adicional relativas as despesas de investimentos (projectos) financiadas com recursos internos e as despesas consignadas aos recursos dos sectores que arrecadam receitas próprias, no estrito cumprimento do n.º 6 do artigo 16.º da Lei n.º 1/2020.

### **II.2.1. Por Classificação Orgânica**

Ao analisar as alterações orçamentais por classificação orgânica, conforme apresentado no Quadro 18, verifica – se que onze (11) órgãos tiveram diminuição na sua dotação inicial, excepto Ministério Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional (MTSFFP), Câmara Distrital de Cantagalo (CDCG), Encargos Gerais do Estado (EGE), Governo Regional de Príncipe (GRP), Câmara Distrital de Caué (CDC), Ministério da Saúde (MS), Ministério da Defesa e Ordem Interna (MDOI), Câmara Distrital de Mé - Zochi (CDMZ), Ministério de Educação e Ensino Superior (MEES), Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul (MPFEA), Tribunal Constitucional (TCO), Gabinete de Primeiro Ministro (GPM) e Câmara Distrital de Lembá (CDLMB), onde foi verificado aumento. Entretanto, das que tiveram diminuição destacam-se as alterações ocorridas no Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJAPDH), Procuradoria -Geral da República (PGR), Presidência da República (PR), Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente (MOPIRINA), Ministério Turismo, Cultura, Comércio e Indústria (MTCCI), Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo (MJDE), Ministério de Negócio Estrangeiro e Comunidade (MNEC), Tribunal de Judicial (TJ), Assembleia Nacional (AN), Tribunal de Contas (TC) e Ministério de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural (MAPDR), que resultaram em redução das respectivas dotações iniciais, em 2,1%, 7,9%, 12,0%, 13,4%, 15,0%, 21,1%, 21,4%, 25,1%, 25,6%, 25,9% e 33,2% respectivamente. Salienta-se que nos restantes organismos não foram verificadas alterações.

**Quadro 18: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Orgânica**

(em milhares de Dobras)

Órgãos	Inicial	Adicional	Reforço	Anulação	Cativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
AN	130 877	5 500	-	-	39 000	-33 500	97 376	-25,6	2,7
TC	38 789	14 218	-	-	24 247	-10 028	28 761	-25,9	0,8
TC0	5 200	-	342	-	-	342	5 542	6,6	0,2
TJ	43 778	-	-	-	11 000	-11 000	32 778	-25,1	0,9
PR	14 667	-	-	-	1 767	-1 767	12 900	-12,0	0,4
GPM	58 678	17 150	- 2 393	-	13 189	1 568	60 246	2,7	1,7
PGR	25 095	3 028	- 1 574	-	3 437	-1 984	23 111	-7,9	0,6
MDOI	222 215	11 581	18 464	-	699	29 346	251 561	13,2	7,1
MNEC	157 461	6 066	- 6 035	-	33 702	-33 671	123 790	-21,4	3,5
MJAPDH	60 951	5 448	- 3 463	-	3 268	-1 283	59 668	-2,1	1,7
MTSFFP	60 609	89 767	- 3 615	-	17 590	68 562	129 171	113,1	3,6
MPFEA	177 991	61 113	- 6 559	-	40 694	13 861	191 852	7,8	5,4
MTCCI	39 815	8 846	- 1 812	-	13 023	-5 990	33 826	-15,0	0,9
MEES	538 929	97 576	- 12	-	33 714	63 850	602 779	11,8	16,9
MOPIRNA	533 152	134 311	- 1 394	-	204 228	-71 311	461 841	-13,4	12,9
MS	401 337	79 246	- 7 614	-	9 253	62 378	463 716	15,5	13,0
MJDE	61 730	12 040	- 429	-	24 661	-13 050	48 680	-21,1	1,4
MAPDR	188 706	28 107	- 2 737	-	88 056	-62 686	126 020	-33,2	3,5
GRP	122 175	40 214	10 159	-	28 975	21 399	143 574	17,5	4,0
CDAG	16 123	-	-	-	-	0	16 123	0,0	0,5
CDCG	8 325	4 000	-	-	-	4 000	12 325	48,0	0,3
CDCAUÉ	6 375	1 000	-	-	-	1 000	7 375	15,7	0,2
CDLMB	7 933	1 046	-	-	1 020	26	7 959	0,3	0,2
CDLOBTA	11 620	1 000	-	-	1 000	0	11 620	0,0	0,3
CDMZ	11 519	1 500	-	-	-	1 500	13 019	13,0	0,4
EGE	487 815	138 591	8 673	-	33 323	113 942	601 756	23,4	16,9
<b>Total Geral</b>	<b>3 431 865</b>	<b>761 349</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>625 845</b>	<b>135 504</b>	<b>3 567 369</b>	<b>3,9</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DCP-MPFEA

Deste modo, como acima mencionado, os órgãos como Ministério Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional (MTSFFP), teve um incremento da dotação, em 68.562 milhares de Dobras, correspondentes as acções “5762 - Construção de Casas Sociais (Mé- Zochi e Caué) - Reabilitação de Centro Social (Cantagalo, Lobata e P”, “6357 - Mecanismo de Implementação de Estratégia de Género”, “6609 – FR -Apoio a Protecção de Emprego, Outros Sectores” e “6614 - Programa Família”; Câmara Distrital de Cantagalo (CDCG) com incremento da dotação de 4.000 milhares de Dobras, devido a inscrição da acção “2409 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Cantagalo”; para o Encargos Gerais do Estado (EGE), o incremento da dotação foi de 113.942 milhares de Dobras, devido a registo das acções “2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades”, “6043 - Reg. Atrasados de Serviço de Telecomunicação, Água e Luz”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “6607 - Prevenção ao COVID 19” e “2524 - Exercícios Findos”; no Governo Regional de Príncipe (GRP), verificou -se incremento da dotação de 21.399 milhares de Dobras, pela inscrição das acções “2402 - Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe - RAP”, “3782 - Ampliação do Hospital Manuel Q. Dias da Graça”, “4919 - Extensão e Requalificação de Rede Eléctrica” e “6613 - Outras Despesas Correntes Diversas”; Câmara Distrital de Caué (CDC), o aumento da dotação foi de 1.000 milhares de Dobras, na acção “2415 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Caué”; para o Ministério da Saúde (MS), o aumento da dotação foi no valor de 62.378 milhares de Dobras, nas acções “1001 - Despesa com

Pessoal”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2340 - Assistência Infantil e Imunização”, “2478 - Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário”, “6046 - Melhoria do Sistema Nacional de Saúde” e “6608 - Plano de Contingência de Saúde”; o Ministério da Defesa e Ordem Interna (MDOI), que apresentou um incremento da sua dotação em 29.346 milhares de Dobras, devido a inscrição das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “3975 - Reabilitação do edifício do Comando Regional do Príncipe”, “6089 - Conclusão da Obra do Quartel da RMP”, “6260 - Reabilitação do Edifício do SINFO” e “6311 - Patrulha Conjunta”; Câmara Distrital de Mé - Zochi (CDMZ), com 1.500 milhares de Dobras, correspondentes ao incremento da dotação da acção “2407 – Transferências de Capital para Câmara Distrital de Mé - Zochi; no Ministério de Educação e Ensino Superior (MEES), o aumento da dotação foi de 63.850 milhares de Dobras, nas acções como “1001 - Despesa com Pessoal”, “1054 - Meio de Apoio ao Ensino”, “3820 - Aquisição de Móveis Escolares”, “3833 - Reabilitação das Infraestruturas Escolares”, “3835 - Construção de Jardim de Infância em Santarém”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bobo Forro e Milagrosa”, “4985 - Conclusão do Edifício da DAE”, “5768 - Construção do Liceu”, “5775 - Construção de Escola Básica em São Finícia”, “5860 - Conclusão de Escola Básica em Agostinho Neto”, “6156 - Despesas Com Departamento Estatístico”, “6312 - Construção de Jardim de Infância na Trindade”, “6460 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6462 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6472 - Construção do Jardim de Infância em Monte Macaco”, “6529 - Construção de Liceu em Cantagalo”, “4982 - Construção de Jardim de Infância na Ribeira Peixe”, “6615 - Escola Comunitária” e “6617 - Instalação de Estações Sanitárias nas Escolas”; Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul (MPFEA), o incremento foi de 13.861 milhares de Dobras, devido as seguintes acções: “3376 – Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “3753 - Transferência para Funcionamento de EITI”, “4872 - Projecto de Apoio à Gestão Económica e Financeira – PAGEF” e “6612 - Linha de Crédito ao Sector Privado -Garantida pelo Estado”; Tribunal Constitucional (TCO), com 342 milhares de Dobras, correspondentes ao incremento da dotação da acção “6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional”; Gabinete de Primeiro Ministro (GPM), o incremento foi de 1.568 milhares de Dobras, devido as seguintes acções: “1001 - Despesa com Pessoal”, “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2373 - Aparelho Técnico do Auditório da RNSTP e Sistema de Tradução”, “2940 - Manutenção dos Emissores”, “3165 - Reabilitação do Gabinete do 1º Ministro”, “5371 - Aquisição de Links de Transmissão RNSTP/TVS”, “6525 - Sistema Centralizado de Comunicação do Governo” e “6606 - Implementação de Televisão Terrestre”; e por último, Câmara Distrital de Lembá (CDLMB) com 26 milhares de Dobras, correspondentes ao incremento da dotação da acção “5647 - Construção de Via de Acesso de Bairro de Água Tomá”.

Quanto a alteração Adicional que apresenta um montante de 761.349 milhares de Dobras, observa - se uma maior ocorrência, sobretudo, nos órgãos como EGE no montante de 138.591 milhares de Dobras, devido a inscrição dos projectos “6605 – Seguros”, “6607 - Prevenção ao COVID 19” e “2524 - Exercícios Findos”; em seguida o MOPIRINA com cerca de 134.311 milhares de Dobras, referente a inscrição dos projectos “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2799 - Requalificação do Troço de Estrada EN1”, “2923 - GIME - Manutenção Corrente de Estradas”, “2946 - Reabilitação de Troços de Estradas”, “3129 - Estudos p/Construção de Arruamento de Campo de Milho”, “3151 - Reabilitação das Pontes sobre o Rio Água

Grande”, “3872 - Projecto de Reab.Sist.Abas.Água Santana e Arredores”, “4829 - Vila Dolores/Chácara (via traseira) EN3 (0,7Km) ”, “4849 - Reabilitação/Construção de Estrada Sporting/Potó-Potó”, “5531 - Requalificação/Lote Conde/Micoló/Fernão Dias”, “5762 - Construção de Casas Sociais (Mé- Zochi e Caué) - Reabilitação de Centro Social (Cantagalo, Lobata e P”, “5973 - Construção de Estrada Rio Lima -Gleba/Capela”, “5974 -Construção de Estrada Penha -Lixeira/Água Porca”, “5976 - Reabilitação de Troço de Estrada Guadalupe/Morro Peixe”, “6277- Reabilitação do Edifício Laboratório da Engenharia Civil”, “6296 - Requalificação dos Arruamento da Cidade Capital e Arredores Incl Drenagem” e “6616 - Reabilitação da Estrada de Bobo Forro”; depois vem o MEES com 97.576 milhares de Dobras, devido a inscrição dos projectos “1001 - Despesa com Pessoal”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “3835 - Construção de Jardim de Infância de Mesquita (fase II) ”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bobo Forro e Milagrosa”, “4982 - Construção de Jardim de Infância na Ribeira Peixe”, “4985 - Conclusão do Edifício da DAE”, “5768 - Construção do Liceu”, “5775 - Construção de Escola Básica em São Finícia”, “5860 - Conclusão de Escola Básica em Agostinho Neto”, “6312 - Construção de Jardim de Infância na Trindade”, “6460 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6529 - Construção de Liceu em Cantagalo”, “6615 - Escola Comunitária” e “6617 - Instalação de Estações Sanitária nas Escolas”; posteriormente o MTSFFP com cerca de 89.767 milhares de Dobras, referente a inscrição dos projectos “5762 - Construção de Casas Sociais (Mé- Zochi e Caué) - Reabilitação de Centro Social (Cantagalo, Lobata e P”, “6357 - Mecanismo de Implementação de Estratégia de Género”, “6609 – FR -Apoio a Protecção de Emprego, Outros Sectores” e “6614 - Programa Família”; em seguida o MS com cerca de 79.246 milhares de Dobras, referente a inscrição dos projectos “1001 - Despesa com Pessoal”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2340 - Assistência Infantil e Imunização”, “2478 - Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário”, “2483 - Assistência Técnica ao Sistema de Saúde”, “3185 - Construção de Casas para Acolhimento de Doentes e Associados” e “6608 - Plano de Contingência de Saúde” e por fim, MPFEA em cerca de 61.113 milhares de Dobras, referente a inscrição dos projectos “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “4872 - Projecto de Apoio à Gestão Económica e Financeira – PAGEF”, “6364 - Promoção dos Investimentos Estrangeiros” e “6612 - Linha de Credito ao Sector Privado - Garantida pelo Estado”.

Por sua vez, as alterações de Reforços e Anulações, ambas, registaram um valor nulo, apesar de terem sido registados reforços positivos no MDOI, GRP, EGE e TCO, respectivamente, nos montantes de 18.464 milhares de Dobras, 10.159 milhares de Dobras, 8.673 milhares de Dobras e 342 milhares de Dobras de incremento, tendo também registado reforços negativos nos organismos em destaque como MS (7.614 milhares de Dobras), MPFEA (6.559 milhares de Dobras), MNEC (6.035 milhares de Dobras), MTSFFP (3.615 milhares de Dobras), MJAPDH (3.463 milhares de Dobras), MAPDR (2.737 milhares de Dobras), GPM (2.393 milhares de Dobras), MTCCI (1.812 milhares de Dobras), PGR (1.574 milhares de Dobras), MOPIRNA (1.394 milhares de Dobras), MJDE (429 milhares de Dobras), TCO (342 milhares de Dobras) e MEES (12 milhares de Dobras). É de realçar que o reforço negativo deve-se a retirada da verba de um órgão para outro.

## II.2.2. Por Classificação Funcional

Relativamente às alterações orçamentais por classificação funcional, como apresentado no Quadro 19, realça-se a diminuição da dotação em oito (8) funções como: Habitação e Serviços Comunitários (2.828 milhares de Dobras), Serviços Públicos Gerais (91.327 milhares de Dobras), Encargos Financeiros (31.603 milhares de Dobras), Ambiente (570 milhares de Dobras), Cultura e Desporto (15.702 milhares de Dobras), Transportes e Comunicações (99.063 milhares de Dobras), Agricultura e Pesca (59.890 milhares de Dobras) e Trabalho (1.524 milhares de Dobras), que correspondem respectivamente a menos 5,7%, 7,5%, 14,4%, 17,7%, 24,2%, 26,9%, 32,6% e 49,8% das respectivas dotações iniciais.

No entanto, comportamento contrário teve as restantes funções, nomeadamente a função Comércio e Serviços que registou um aumento da sua dotação em 494,7%, que ascende a 4.809 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição dos projectos “6618 - Requalificação de Praia dos Tamarinos”, em seguida Segurança e Assistência Social que registou um aumento da sua dotação em 270,2%, que ascende a 275.686 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição dos projectos “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “6607 - Prevenção ao COVID 19”, “2532 - Apoio a Ordem dos Advogados”, “6453 - Obras de Reabilitação e Instalações”, “6609 - FR- Apoio a Protecção de Emprego, Outros Sectores”, “6614 - Programa Família”, “5762 - Construção de Casas Sociais (Mé - Zochi e Caué) - Reabilitação de Centro Social (Cantagalo, Lobata e P” e “6357 - Mecanismo de Implementação de Estratégia de Género”, depois a função Saúde que registou um aumento da sua dotação em 21,0%, que ascende a 457.940 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição do projecto “1001 - Despesa Com Pessoal”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2340 - Assistência Infantil e Imunização”, “2483 - Assistência Técnica ao Sistema de Saúde”, “2478 - Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário”, “3782 - Ampliação do Hospital Manuel Q. Dias da Graça”, “6046 - Melhoria do Sistema Nacional de Saúde”, “6608 - Plano de Contingência de Saúde” e “6613 - Plano de Contingência Operacional”, posteriormente Segurança Interna e Ordem Pública que registou um incremento da dotação de 17,9%, o equivalente a 30.287 milhares de Dobras, devido essencialmente a inscrição das actividades e dos projectos “1001 - Despesa Com Pessoal”, “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “3975 - Reabilitação do edifício do Comando Regional do Príncipe”, “6260 - Reabilitação do Edifício do SINFO”, “6456 - Víveres, Géneros Alimentícios e Alojamento (ajuda alimentar aos militares e paramilitares) ” e “6457 - Obras de Reabilitação e Instalações (Edifício e pavimento de cadeia central) ”, dando continuidade a função Defesa Nacional, que registou um aumento da sua dotação em 16,3%, que ascende a 227.271 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição dos projectos “1001 - Despesa Com Pessoal”, “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “6089 - Conclusão da Obra do Quartel da RMP”, “6311 - Patrulha Conjunta” e “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, seguidamente a função Educação com um aumento da dotação de 11,3% que ascende a 590.916 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição das actividades e dos projectos “1001 - Despesa com Pessoal “, “1046 - Missões no Exterior”, “1054 - Meio de Apoio ao Ensino”, “3840 - Bolsa Externas (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento) ”, “6156 - Despesas Com Departamento Estatístico”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “3820 - Aquisição de Móveis Escolares”, “3835 - Construção de Jardim de Infância em Santarém”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas

Escolares”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bôbô Forro e Milagrosa”, “4982 - Construção de Jardim de Infância na Ribeira Peixe”, “5768- Construção do Liceu”, “5775 - Construção de Escola Básica em São Finícia”, “5860 - Conclusão de Escola Básica em Agostinho Neto”, “6312 - Construção de Jardim de Infância na Trindade”, “6460 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6462 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6472 - Construção do Jardim de Infância em Monte Macaco”, “6529 - Construção de Liceu em Cantagalo”, “6615 - Escola Comunitária” e “6617 - Instalação de Estações Sanitárias nas Escolas” e por último, a função Combustíveis e Energia que registou um aumento da sua dotação em 10,8%, que ascende a 132.309 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição do projecto “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores - Fase I”, “4919 - Extensão e Requalificação de Rede Eléctrica” e “5347 - Proj. Const./Ext. Sist. Abast. Água de Obolongo (Rio MJ) - Fase I”.

**Quadro 19: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Funcional**  
(em milhares de Dobras)

Função	Inicial	Adicional	Reforço	Anulação	Cativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
Serviços Públicos Gerais	1 215 804	96 230	34 885	-	222 442	- 91 327	1 124 478	-7,5	31,5
Defesa Nacional	195 473	8 624	23 193	-	20	31 798	227 271	16,3	6,4
Segurança Interna e Ordem Pública	25 698	7 456	- 157	-	2 711	4 589	30 287	17,9	0,8
Educação	530 959	93 084	119	-	33 246	59 957	590 916	11,3	16,6
Saúde	378 379	101 393	- 7 457	-	14 375	79 560	457 940	21,0	12,8
Segurança e Assistência Social	74 467	237 030	- 19 246	-	16 566	201 219	275 686	270,2	7,7
Habituação e Serviços Comunitários	49 807	-	204	-	3 032	- 2 828	46 979	-5,7	1,3
Cultura e Desporto	64 757	12 040	- 133	-	27 609	- 15 702	49 055	-24,2	1,4
Combustíveis e Energia	119 422	45 601	3 517	-	36 230	12 888	132 309	10,8	3,7
Agricultura e Pesca	183 497	28 107	- 361	-	87 636	- 59 890	123 607	-32,6	3,5
Transportes e Comunicações	367 653	76 737	2 633	-	178 433	- 99 063	268 590	-26,9	7,5
Comércio e Serviços	809	4 000	-	-	-	4 000	4 809	494,7	0,1
Trabalho	3 058	-	-	-	1 524	- 1 524	1 534	-49,8	0,0
Ambiente	3 212	-	570	-	-	570	2 642	-17,7	0,1
Outros Serviços Económicos	-	44 000	-	-	-	44 000	44 000		
Encargos Financeiros	218 869	7 046	- 36 629	-	2 020	- 31 603	187 266	-14,4	5,2
<b>Total Geral</b>	<b>3 431 865</b>	<b>761 349</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>625 845</b>	<b>135 504</b>	<b>3 567 369</b>	<b>3,9</b>	<b>100,0</b>

Fonte:

DCP-MPFEA

No âmbito das alterações de Adicional, estas foram mais expressivas nas funções Segurança e Assistência Social, no valor de 237.030 milhares de Dobras, pelo aumento das acções “6607 - Prevenção ao COVID 19”, “2532 - Apoio a Ordem dos Advogados”, “6453 - Obras de Reabilitação e Instalações”, “6609 - FR- Apoio a Protecção de Emprego, Outros Sectores”, “6614 - Programa Família”, “5762 - Construção de Casas Sociais (Mé - Zochi e Caué) - Reabilitação de Centro Social (Cantagalo, Lobata e P” e “6357 - Mecanismo de Implementação de Estratégia de Género”; Saúde (ascende a 101.393 milhares de Dobras), justificado exclusivamente pela inscrição dos projectos “1001 - Despesa Com Pessoal”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2340 - Assistência Infantil e Imunização”, “2483 - Assistência Técnica ao Sistema de Saúde”, “2478 - Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário”, “3782 - Ampliação do Hospital Manuel Q. Dias da Graça”, “6608 - Plano de Contingência de Saúde” e “6613 - Plano de Contingência Operacional”; em seguida Serviços Públicos Gerais no valor de 96.230 milhares de Dobras, justificado pelo incremento dos projectos “2452 - Apoio

Institucional à Assembleia Nacional”, “2373 - Apetrecho Técnico do Auditório da RNSTP e Sistema de Tradução”, “6497 - Despesas de Capital de Exercício Anterior do Tribunal de Contas”, “6606 - Implementação de Televisão Terrestre”, “3611 - Aquisição de Viaturas”, “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “4939 - Requalificação das Praias de S. Tomé e Príncipe”, “4985 - Conclusão do Edifício da DAE”, “2407 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Mé -Zochi”, “2524 - Exercícios Findos”, “2200 - Apoio Institucional ao M.N.E.C.C.”, “2480 - Aquisição de Meios Rolantes”, “2843 - Construção de Novo Edifício - Ampliação do MNECC”, “3185 - Construção de Casas para Acolhimento de Doentes e Associados”, “3165 - Reabilitação do Gabinete do 1º Ministro”, “3918 - Reabilitação do Edifício da TVS”, “4872 - Projecto de Apoio à Gestão Económica e Financeira – PAGEF”, “4825 - Aquisição de aparelhos AC e equip. Informáticos e escritório”, “5371 - Aquisição de Links de Transmissão RNSTP/TVS”, “5380 - Aquisição de Meios para Ministério Público”, “6277 - Reabilitação do Edifício Laboratório da Engenharia Civil”, “6300 - Apetrechos do Novo Edifício MNEC” e “6364 - Promoção dos Investimentos Estrangeiros”; na função Educação, no valor de 93.084 milhares de Dobras, pelo aumento dos projectos “1001 - Despesa com Pessoal”, “1046 - Missões no Exterior”, “3835 - Construção de Jardim de Infância em Santarém”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bôbô Forro e Milagrosa”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “4982 - Construção de Jardim de Infância na Ribeira Peixe”, “5768 - Construção do Liceu”, “5775 - Construção de Escola Básica em São Finícia”, “5860 - Conclusão de Escola Básica em Agostinho Neto”, “5893 - Construção de Depósitos de Água nas Escolas Básicas e Secundário”, “6312 - Construção de Jardim de Infância na Trindade”, “6460 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6529 - Construção de Liceu em Cantagalo”, “6615 - Escola Comunitária” e “6617 - Instalação de Estações Sanitárias nas Escolas”; Transporte e Comunicações (ascende a 76.737 milhares de Dobras), justificado exclusivamente pela inscrição dos projectos “2799 - Requalificação do Troço de Estrada EN1”, “2923 - GIME - Manutenção Corrente de Estradas”, “2946 - Reabilitação de Troços de Estradas”, “3129 - Estudos p/Construção de Arruamento de Campo de Milho”, “3151 - Reabilitação das Pontes sobre o Rio Água Grande”, “4829 - Vila Dolores/Chácara (via traseira) EN3 (0,7Km)”, “4849 - Reabilitação/Construção de Estrada Sporting/Potó - Potó”, “5531 - Requalificação/Lote Conde/Micoló/Fernão Dias”, “5973 - Construção de Estrada Rio Lima - Gleba/Capela”, “5974 - Construção de Estrada Penha -Lixeira/Agua Porca”, “5976 - Reabilitação de Troço de Estrada Guadalupe/Morro – Peixe”, “6296 - Requalificação dos Arruamentos da Cidade Capital e Arredores Incl Drenagem” e “6616 - Reabilitação da Estrada de Bobo Forro”; depois a função Combustíveis e Energia (ascende a 45.601 milhares de Dobras), devido a inscrição do projecto “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores - Fase I” e “4919 - Extensão e Requalificação de Rede Eléctrica”; e por último, Outros Serviços Económicos no valor de 44.000 milhares de Dobras, justificado pelo incremento dos projectos “6612 - Linha de Crédito ao Sector Privado -Garantida pelo Estado”.

### **II.2.3. Por Localização Geográfica**

Em correspondência com o Quadro 20, relativo às alterações orçamentais por localização geográfica, observa-se que as mesmas traduziram num aumento de dotação inicial nas localizações Lobata em 48,0%, correspondente a 53.094 milhares de Dobras, decorrente dos projectos “2411 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Lobata”, “5531 - Requalificação/Lote Conde/Micoló/Fernão Dias”, “5768 - Construção do Liceu”, “5976 -

Reabilitação de Troço de Estrada Guadalupe/Morro -Peixe” e “6618 - Requalificação de Praia dos Tamarinos”; Príncipe com 17,5%, correspondente a mais 149.678 milhares de Dobras, decorrente exclusivamente da inscrição dos projectos “2402 - Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe - RAP”, “3782 - Ampliação do Hospital Manuel Q. Dias da Graça”, “3975 - Reabilitação do edifício do Comando Regional do Príncipe”, “4919 - Extensão e Requalificação de Rede Eléctrica” e “6613 - Plano de Contingência Operacional RAP”; Mé - Zochi com 9,2%, equivalente a mais 39.027 milhares de Dobras, decorrente exclusivamente da inscrição dos projectos “2407 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Mé-Zochi”, “5775 - Construção de Escola Básica em São Finícia” e “6312 - Construção de Jardim de Infância na Trindade”; Cantagalo em 5,5%, correspondente a mais 48.490 milhares de Dobras, decorrente unicamente da inscrição dos projectos “2409 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Cantagalo”, “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores” e “6529 - Construção de Liceu em Cantagalo”; Nacional com 4,3%, correspondente a mais 3.106.998 milhares de Dobras, decorrente fundamentalmente da inscrição das actividades e dos projectos “1001 - Despesa Com Pessoal”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “1104 - Pagamento de Quotas aos Organismos Internacionais”, “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2373 - Apetrecho Técnico do Auditório da RNSTP e Sistema de Tradução”, “2452 - Apoio Institucional à Assembleia Nacional”, “2799 - Requalificação do Troço de Estrada EN1”, “2923 - GIME - Manutenção Corrente de Estradas”, “3129 - Estudos p/Construção de Arruamento de Campo de Milho”, “3151 - Reabilitação das Pontes sobre o Rio Água Grande”, “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “3820 - Aquisição de Móveis Escolares”, “3840 - Bolsa Externas (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento)”, “4831 - Projecto de Abastecimento de Insumos Agrícolas”, “4985 - Conclusão do Edifício da DAE”, “5762 - Construção de Casas Sociais (Mé- Zochi e Caué) - Reabilitação de Centro Social (Cantagalo, Lobata e P”, “5922 - Programa de Promoção de Pesca Artesanal”, “5974 - Construção de Estrada Penha -Lixeira/Água Porca”, “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível” “6240 - Recuperação do Edifício do Instituto da Juventude (ex -Palácio Pioneiro)”, “6296 - Requalificação dos Arruamento da Cidade Capital e Arredores Incl Drenagem”, “6460 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6462 - Ampliação da Escola Secundária em Conde (Construção de 8 salas de aulas)”, “6472 - Construção do Jardim de Infância em Monte Macaco”, “6497 - Despesas de Capital de Exercício Anterior do Tribunal de Contas”, “6606 - Implementação de Televisão Terrestre”, “6607 - Prevenção ao COVID 19”, “6608 - Plano de Contingência de Saúde”, “6609 - FR -Apoio a Protecção de Emprego, Outros Sectores”, “6610 - Plano de Contingência p/ Desconcentração de Vendas”, “6612 - Linha de Credito ao Sector Privado -Garantida pelo Estado”, “6614 - Programa Família”, “6615 - Escola Comunitária”, “6616 - Reabilitação da Estrada de Bôbô - Forro” e “6617 - Instalação de Estações Sanitárias nas Escolas”, e finalmente, a localização São Tomé em 3,4%, correspondente a 66.530 milhares de Dobras, decorrente do projecto “5347 - Proj. Const./Ext. Sist. Abast. Água de Obolongo (Rio MJ) - Fase I”.

**Quadro 20: Alteração Orçamental de Despesas por Localização Geográfica**

(em milhares de Dobras)

Localização	Inicial	Adicional	Reforço	Anulação	Cativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
Nacional	2 977 701	649 505	- 16 844	-	503 365	129 296	3 106 998	4,3	87,1
São Tomé	64 334	-	3 517	-	1 321	2 196	66 530	3,4	1,9
Príncipe	127 363	41 671	10 159	-	29 515	22 315	149 678	17,5	4,2
Água Grande	106 329	7 081	7 295	-	50 068	- 35 692	70 637	-33,6	2,0
Mé-Zochi	35 727	4 014	-	-	713	3 301	39 027	9,2	1,1
Cantagalo	45 975	30 424	-	-	27 909	2 515	48 490	5,5	1,4
Lembá	23 378	1 844	- 4 575	-	2 849	- 5 580	17 798	-23,9	0,5
Lobata	35 870	23 911	1 617	-	8 304	17 224	53 094	48,0	1,5
Caué	15 187	2 900	- 1 170	-	1 800	- 70	15 117	-0,5	0,4
<b>Total Geral</b>	<b>3 431 865</b>	<b>761 349</b>	<b>- 0</b>	<b>-</b>	<b>625 845</b>	<b>135 504</b>	<b>3 567 369</b>	<b>3,9</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DCP-MPFEA

Considerando o quadro acima, nota – se que três (3) localizações registaram diminuição, sendo Caué, Lembá e Água - Grande, em respectivamente 0,5%, 23,9% e 33,6%. A redução ocorrida em Caué deve-se exclusivamente a diminuição da dotação dos projectos “2415 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Caué”, “5658 - Construção de Centro Recreativo na Comunidade de Monte Forte” e “6533 - Construção de Liceu em Angolares”; em Lembá a diminuição da dotação deve – se a actividade e aos projectos “1053 - Capacitação do Pessoal”, “2180 - Construção do Troço de Estrada Bengá/Câmara Distrital de Lembá”, “2413 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Lembá”, “5509 - Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água na Cidade de Neves – Contri” e “5647 - Construção de via de acesso de Bairro de Água Tomá” e em Água - Grande a redução ocorrida foi na dotação dos projectos em destaque “2565 - Requalificação da Avenida Marginal 12 de Julho”, “2776 - Construção de troço de Estrada Vila Maria/P. Congressos”, “3129 - Estudos p/Construção de Arruamento de Campo de Milho”, “4829 - Vila Dolores/Chácara (via traseira) EN3 (0,7Km)”, “4849 - Reabilitação/Construção de Estrada Sporting/Potó -Potó”, “5977 - Construção de Troço de Estrada Igr. Nova Apostólica/Escola Ganda”, “6535 - Construção de Troço de Estrada/Arruamento de SATON”, “6538 - Construção de Troço de Estrada Torres Dias/Favorita”, “6522 - Conclusão das Obras do Passeio na Cidade Capital e Arredores/Lote I à Lote VI” e “6559 - Obra de Requalificação de Ginásio ao ar livre”.

**II.2.4. Por Fonte de Recursos**

No que concerne à análise das alterações orçamentais das despesas por fonte de recursos, como apresentado através do Quadro 21, observa-se que as mesmas resultaram no incremento de dotação das despesas financiadas com recursos internos em 13,3%, face ao inicialmente aprovado, sendo na sua maioria as financiadas com recursos consignados, que viu a sua dotação aumentar em 15.953 milhares de Dobras, o correspondente a mais 16,0%. Já as financiadas com Tesouro, conheceram aumento na dotação de 244.673 milhares de Dobras, correspondente a mais 13,4%. Quanto as despesas financiadas com recursos HIPC, as mesmas registaram uma diminuição de 7,4% do inicialmente aprovado, ascendendo a um valor de redução de 1.711 milhares de Dobras. Por outro lado, as financiadas com recursos externos conheceram uma diminuição de 8,3%, face ao inicialmente aprovado, como consequência da diminuição sofrida pela componente Donativos em 13,6%, tendo as financiadas com créditos um aumento de 58,6% do inicialmente aprovado.

**Quadro 21: Alteração Orçamental de Despesas por Fonte de Recursos**

(em milhares de Dobras)

Fonte de Recursos	Inicial	Adicional	Reforço	Anulação	Cativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
<b>Financiamento Interno</b>	<b>1 950 741</b>	<b>300 081</b>	-	-	<b>41 165</b>	<b>258 916</b>	<b>2 209 657</b>	<b>13,3</b>	<b>61,9</b>
Tesouro	1 827 732	284 083	-	-	39 410	244 673	2 072 405	13,4	58,1
Consignados	99 793	15 953	-	-	-	15 953	115 746	16,0	3,2
HIPC	23 216	44	-	-	1 755	- 1 711	21 505	-7,4	0,6
<b>Financiamento Externo</b>	<b>1 481 124</b>	<b>461 268</b>	-	-	<b>584 680</b>	<b>- 123 412</b>	<b>1 357 712</b>	<b>-8,3</b>	<b>38,1</b>
Donativo	1 373 726	371 638	-	-	557 989	- 186 351	1 187 375	-13,6	33,3
Empréstimo	107 398	89 630	-	-	26 691	62 939	170 337	58,6	4,8
<b>Total Geral</b>	<b>3 431 865</b>	<b>761 349</b>	-	-	<b>625 845</b>	<b>135 504</b>	<b>3 567 369</b>	<b>3,9</b>	<b>100,0</b>

Fonte:

DCP-MPFEA

Importa ainda frisar que as alterações ocorridas na fonte de Financiamento Interno estão relacionadas, sobretudo com a operação Adicional, na componente Recursos Ordinários do Tesouro, na componente Consignada e da componente HIPC. Já ao nível dos reforços e anulação as mesmas compensaram entre si, mantendo - se inalteradas (sem realização). Entretanto, ao nível desta fonte de Financiamento destaca-se o aumento da dotação das seguintes acções: “1001 - Despesa Com Pessoal”, “1054 - Meio de Apoio ao Ensino”, “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2402 - Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe – RAP”, “2452 - Apoio Institucional à Assembleia Nacional”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “3840 - Bolsa Externas (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento)”, “4872 -Projecto de Apoio à Gestão Económica e Financeira – PAGEF”, “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível” “6089 - Conclusão da Obra do Quartel da RMP”, “6260 - Reabilitação do Edifício do SINFO”, “6311 - Patrulha Conjunta”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “6607 - Prevenção ao COVID 19”, “6610 - Plano de Contingência p/ Desconcentração de Vendas”, “6612 - Linha de Credito ao Sector Privado -Garantida pelo Estado”, “6616 - Reabilitação da Estrada de Bôbô - Forro” e “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”.

No que concerne a fonte de Financiamento externo, o aumento verificado na componente Empréstimo está relacionado com a dotação adicional realizada na sua maioria pela inscrição ou aumento de dotação dos seguintes projectos como é o caso de “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores”, “6046 - Melhoria do Sistema Nacional de Saúde”, “6609 - FR- Apoio a Protecção de Emprego, Outros Sectores” e “6613 - Plano de Contingência Operacional RAP”.

Também é de referir, que nesta fonte de financiamento houve Cativação (Bloqueio) de valores que levou a diminuição da dotação inicial da componente Donativo no montante de 186.351 milhares de Dobras, o correspondente a menos 13,6%, tudo devido a redução da dotação de alguns projectos como é o caso de “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “1087 - Protecção Social” “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2186 - Construção de Troço de Estrada Madre de Deus/Almeirim”, “2409 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Cantagalo”, “2524 - Exercícios Findos”,

“2946 - Reabilitação de Troços de Estradas”, “3129 - Estudos p/Construção de Arruamento de Campo de Milho”, “3151 - Reabilitação das Pontes sobre o Rio Água Grande”, “3405 – Projecto Piloto de Ensino em Língua Portuguesa”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bobo Forro e Milagrosa”, “3820 - Aquisição de Móveis Escolares”, “3823 - Construção de 20 Salas de Aulas em S. Marcos - Fase I”, “3882 - Programa de Extensão Rural”, “3961 - Estrada - Zandrigo / Quimpo (1,5Km) ”, “4872 -Projecto de Apoio à Gestão Económica e Financeira – PAGEF”, “4825 - Aquisição de aparelhos AC e equip. Informáticos e escritório”, “4829 - Vila Dolores/Chácara (via traseira) EN3 (0,7Km) ”, “4849 - Reabilitação/Construção de Estrada Sporting/Potó-Potó”, “4919 - Extensão e Requalificação de Rede Eléctrica”, “4939 - Requalificação das Praias de S. Tomé e Príncipe”, “5762 - Construção de Casas Sociais (Mé- Zochi e Caué) - Reabilitação de Centro Social (Cantagalo, Lobata e P”, “5264 - Requalificação de Troços de Estradas”, “5371 - Aquisição de Links de Transmissão RNSTP/TVS”, “5922 - Programa de Promoção de Pesca Artesanal”, “5925 - Projecto de Melhoria das Condições Higiénico -Sanitária dos Produtos de Pesca”, “5975 - Construção Estrada em Calçada - Hospital Guadalupe/Vila Braga”, “5978 - Construção de Estrada Palha / Margarida Manuel”, “5986 - Execução de Drenagem e Reabilitação do Pavimento na Rua Padre”, “6289 - (EN 2) S. Nguembu/ES 103 Igreja Pantufo”, “6056 - Projecto Recuperação do Sector Energético STP”, “6301 - Modernização do Aeroporto de São Tomé”, “6251 - Construção de Polidesportivo”, “6294 - Reabilitação da Estrada em Macadame e Calçada - EN1 - Guadalupe/Sta Luzia”, “6295 - EN2 Água Bobô (Jaquendê)/ S. Marçal”, “6296 - Requalificação dos Arruamento da Cidade Capital e Arredores Incl Drenagem”, “6462 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6502 - Apoio ao Reforço das Capacidades Institucionais e Funcional do MAPDR”, “6535 - Construção de Troço de Estrada/Arruamento de SATON”, “6591 - Apoio a Capacitação e Valorização de produção Hortícola – SANSTP”, “6147 - Projecto de Desenvolvimento de Aquacultura”, “6592 - Culturas Alimentares, Recuperação de Citrinos e Coqueiral”, “6138 - Construção de Edifício para Autoridade Tributária - MFCEA”, “6353 - Reforço de Capacidade Institucional MPFCEA” e “6601 - Construção de Estrada Stº Cristo/Terreiro Velho”.

## II.2.5. Por Tipologia de Despesas

O Quadro 22 apresenta as alterações orçamentais por tipologia de despesas. Nele, observa-se que as mesmas ocorreram nas Actividades e as Consignadas, resultando no aumento da dotação inicial das Actividades (referem-se às despesas de funcionamento) em 13,1%, cerca de mais 215.624 milhares de Dobras e as Consignadas que tiveram um aumento da dotação de 16,5% do inicialmente aprovado para o período em análise, o equivalente a mais 15.953 milhares de Dobras.

Os aumentos da dotação da tipologia actividades estão relacionados fundamentalmente ao aumento de dotação de algumas actividades como “1001 - Despesa Com Pessoal”, “1054 - Meio de Apoio ao Ensino”, “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2002 - Manutenção e Funcionamento das Embaixadas”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades”, “2402 - Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe – RAP”, “3840 - Bolsa Externas (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento) ”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”, “6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “6605 – Seguros” e “6607 - Prevenção ao COVID 19”. Quanto a tipologia Consignadas, o

aumento verificado foi resultado da alteração da dotação Adicional, na inscrição e aumento de dotação da acção “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”. No que concerne as alterações de Reforço foram registadas movimentos positivos por parte das actividades e movimentos negativos do lado das operações especiais no valor de 36.629 milhares de Dobras. Relativamente a alteração Anulação, não foram registados ocorrência nas tipologias de despesas, o que resultou num valor nulo.

**Quadro 22: Alterações Orçamentais por Tipologia de Despesas**  
(em milhares de Dobras)

Tipologia	Inicial	Adicional	Reforço	Anulação	Cativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
Actividades	1 646 112	217 555	36 629	-	38 560	215 624	1 861 736	13,1	52,2
Especiais	161 602	-	36 629	-	-	36 629	124 973	-22,7	3,5
Projectos	1 527 328	527 840	-	-	587 286	59 446	1 467 882	-3,9	41,1
Consignadas	96 823	15 953	-	-	-	15 953	112 776	16,5	3,2
<b>Total Geral</b>	<b>3 431 865</b>	<b>761 349</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>625 845</b>	<b>135 504</b>	<b>3 567 369</b>	<b>3,9</b>	<b>100,0</b>

Fonte:

DCP-MFCEA

É de referir, que no caso dos Projectos e Operações Especiais em que foi verificado diminuição do valor dotado, sendo justificado pela redução de dotação dos seguintes projectos (3,9%, correspondente a 59.446 milhares de Dobras) e acções (22,7%, correspondente a 36.629 milhares de Dobras) “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “1087 - Protecção Social”, “1104 - Pagamento de Quotas aos Organismos Internacionais”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2186 - Construção de Troço de Estrada Madre de Deus/Almeirim”, “2409 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Cantagalo”, “2456 - Amortização da Dívida Pública”, “2452 - Apoio Institucional à Assembleia Nacional”, “2524 - Exercícios Findos”, “2565 - Requalificação da Avenida Marginal 12 de Julho”, “3129 - Estudos p/Construção de Arruamento de Campo de Milho”, “3151 - Reabilitação das Pontes sobre o Rio Água Grande”, “3405 - Projecto Piloto de Ensino em Língua Portuguesa”, “3820 - Aquisição de Móveis Escolares”, “3823 - Construção de 20 Salas de Aulas em S. Marcos - Fase I”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bobo Forro e Milagrosa”, “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abast. Água Santana e Arredores”, “3882 - Programa de Extensão Rural”, “3961 - Estrada - Zandrigo / Quimpo (1,5 Km)”, “4824 - Construção/Aquisição de um Edifício”, “4829 - Vila Dolores/Chácara (via traseira) EN3 (0,7Km)”, “4831 - Projecto de Abastecimento de Insumos Agrícolas”, “4849 - Reabilitação/Construção de Estrada Sporting/Potó- Potó”, “4872 - Projecto de Apoio à Gestão Económica e Financeira – PAGEF”, “4919 - Extensão e Requalificação de Rede Eléctrica”, “4939 - Requalificação das Praias de S. Tomé e Príncipe”, “4985 - Conclusão do Edifício da DAE”, “5264 - Requalificação de Troços de Estradas”, “5369 - Reabilitação do Sistema de Abast. Água de Ribeira Afonso”, “5371 - Aquisição de Links de Transmissão RNSTP/TVS”, “6592 - Culturas Alimentares, Recuperação de Citrinos e Coqueiral”, “5762 - Construção de Casas Sociais (Mé- Zochi e Caué) - Reabilitação de Centro Social (Cantagalo, Lobata e P”, “5922 - Programa de Promoção de Pesca Artesanal”, “5925 - Projecto de Melhoria das Condições Higiénico -Sanitária dos Produtos de Pesca”, “5975 - Construção Estrada em Calçada - Hospital Guadalupe/Vila Braga”, “5978 - Construção de Estrada Palha / Margarida Manuel”, “5986 - Execução de Drenagem e Reabilitação do Pavimento na Rua Padre”, “6056 - Projecto Recuperação do Sector Energético STP”, “6138 - Construção de Edifício para Autoridade Tributária -MFCEA”, “6147 - Projecto de Desenvolvimento de Aquacultura”, “6289 - (EN 2) S.

Nguembu/ES 103 Igreja Pantufo”, ” 6294 - Reabilitação da Estrada em Macadame e Calçada - EN1 - Guadalupe/Sta Luzia”, “6295 - EN2 Água Bobô (Jaquendê)/ S. Marçal”, “6301 - Modernização do Aeroporto de São Tomé”, “6353 - Reforço de Capacidade Institucional MPFCEA”, “6430 - Obras de Reabilitação do Edifício da Embaixada da RDSTP em Lisboa”, “6462 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6497 - Despesas de Capital de Exercício Anterior do Tribunal de Contas”, “6502 - Apoio ao Reforço das Capacidades Institucionais e Funcional do MAPDR”, “6535 - Construção de Troço de Estrada/Arruamento de SATON”, “6591 - Apoio a Capacitação e Valorização de produção Hortícola – SANSTP”, “6601 - Construção de Estrada Stº Cristo/Terreiro Velho” e “6604 - Construção de Nova Sede da Assembleia Nacional”.

